

revista **bem**  
**CUIDAR**

OCUPAÇÕES  
E REFORMA DO  
ENSINO MÉDIO

A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
NO BRASIL

**ESPECIAL**  
DESAFIOS  
DAS NOVAS  
GESTÕES  
MUNICIPAIS

50  
ANOS



ALDEIAS  
INFANTIS SOS  
BRASIL

Pelo direito de viver em família



Em 50 anos de atuação no Brasil, a Aldeias Infantis já atendeu mais de 120 mil crianças e suas famílias em vulnerabilidade social. E agora faz um convite a você: seja um Amigo SOS. Com uma pequena quantia mensal, você garante programas de fortalecimento familiar e comunitário e a defesa dos direitos da criança e do adolescente brasileiro. **Com pouco mais de R\$ 1 por dia, você investe em um futuro livre de pobreza e violência.**

**Ligue: 0800 777 0123 ou envie um SMS "BEMCUIDAR" para 28595**

**Que a vulnerabilidade social  
não separe crianças do mais  
importante: suas famílias.**



 **AmigoSOS**

- Presente em 12 estados e Distrito Federal; 24 cidades brasileiras;
- 3.467 famílias sendo fortalecidas;
- 4.846 crianças em atividades no contraturno escolar;
- Impacto na vida de mais de 120 mil crianças e adolescentes em 50 anos;
- Mobilizamos pessoas para um cuidado infantil de qualidade.



/aldeias.brasil



@aldeiasinfantis



/aldeiasinfantissqsbr

aldeiasinfantis.org.br

# SUMÁRIO

**Artigo Master** - A trajetória da política da criança e do adolescente no Brasil - **pag. 10**  
.....



**Especial** - A busca por soluções nas gestões municipais - **pag. 20**  
.....

**Debate** - Ocupação e reforma do ensino médio no Brasil - **pag. 33**  
.....





**Protagonismo** - Bloco eureka: desfile de cidadania das crianças e adolescentes - **pag. 40**  
.....

revista **bem**  
**CUIDAR**  
**04**

**Soluções** - Cenário dos serviços de acolhimento no município de Campinas **pag. 44**  
.....



**Educação para a Vida** - Solidariedade contagia - **pag. 56**  
.....

## POLÍTICA e PARTICIPAÇÃO

**OS RESULTADOS** das eleições municipais de 2016 apontaram para duras análises no campo de participação política dos cidadãos brasileiros. A primeira é a de que o eleitor parece desencantado com a política em si, com índices recordes de votos brancos e nulos. O outro é a descrença com os políticos, visto que os candidatos que adotaram discurso “não sou político” tiveram êxito em grandes cidades.

Entende-se. Não são apenas a crise econômica e política que têm açotado os ânimos da população. Existe uma crise ética, conceito usado com vários pesos e várias medidas diferentes no país, que envolve a todos, mas tem seu epicentro nas denúncias de ações corruptas e corruptoras da classe política reveladas por operações da Polícia Federal.

Porém, a desconfiança frente à classe não pode influenciar o campo de reivindicações e controle da sociedade frente à gestão pública. Afinal, construir pontes e estradas, por exemplo, é obrigação de quem governa e não precisa, para isso, de atributos especiais. Basta orçamento e força da inércia. O que deve ser cobrado é a capacidade de promover o desenvolvimento social, político, econômico para a população, especialmente para crianças e adolescentes.

E mais: mostra-se imprescindível que essa luta não seja apenas de um homem só, ou mesmo de um grupo, mas se torne um movimento de mudança coletivo. Como engajar pessoas que percebem crise social como perda de poder de consumo pessoal, que a miséria é uma anomalia decorrente da preguiça e a fome é questão que se resolve com ação pontual, às terças-feiras?

O atual contexto brasileiro e seu novo regime fiscal, que cria um teto de gastos públicos federais por 20 anos, exige uma atuação conjunta da população e organizações sociais. Pressionar por ações estratégicas, acompanhar elaboração dos orçamentos viáveis, exigir a implementação de políticas públicas assertivas. Apenas assim, podemos fazer realmente a diferença na vida de crianças, adolescentes e jovens.

Sem dúvidas, há uma indução surda à insensibilidade. Com o coração mais duro, ficaremos cínicos, mais passivos diante da crueldade. E essa é nossa primeira luta.

# VOCÊ SABIA?

POR ESTHER ARANTES

*DEU ENTRADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS O PROJETO DE LEI Nº 3792, DE 2015, QUE “ESTABELECE O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS E TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. EM QUE PESE A BOA INTENÇÃO DE SEUS AUTORES, CONSIDERAMOS QUE ESTE PL INCORRE EM INÚMEROS EQUÍVOCOS, PRINCIPALMENTE PORQUE BUSCA, A QUALQUER CUSTO, COLOCAR A CRIANÇA COMO RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DE PROVA JUDICIAL NOS CASOS EM QUE ELA FIGURA COMO VÍTIMA OU TESTEMUNHA DE CRIMES. ALÉM DISTO, O PL PROCURA SE FUNDAMENTAR APENAS EM DOCUMENTOS INTERNACIONAIS, IGNORANDO POR COMPLETO OS DOCUMENTOS NACIONAIS COMO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E AS RESOLUÇÕES DO CONANDA - INCLUINDO AS RESOLUÇÕES QUE TRATAM DE TEMA DIRETAMENTE RELACIONADO AO OBJETO DO PL.*

*FORÇOSO RECONHECER, NO ENTANTO, QUE O DEBATE SOBRE O TEMA ENCONTRA-SE DEMASIADAMENTE POLARIZADO, NECESSITANDO DE UM APROFUNDAMENTO DOS PONTOS DE DIVERGÊNCIA – QUE NÃO TÊM SIDO POUCOS. DAÍ A NECESSIDADE DE UM DEBATE SOBRE ESTE PL, SEJA PARA ENDOSSÁ-LO, MODIFICÁ-LO OU MESMO RETIRÁ-LO DE PAUTA – O QUE FOR O CASO. NO ENTANTO, OS AUTORES DO PL QUEREM VOTÁ-LO SEM NENHUMA AUDIÊNCIA PÚBLICA.*

*PARA AQUELES QUE DESEJAREM UM APROFUNDAMENTO NO TEMA, VER: “É SUFICIENTE RECORRER À CONVENÇÃO DA ONU SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA EM DETRIMENTO DA LEGISLAÇÃO NACIONAL? NOTAS A PROPÓSITO DO PROJETO DE LEI Nº 3.792, DE 2015”.*

ESTHER ARANTES É DOUTORA EM EDUCAÇÃO HUMANÍSTICA E DO COMPORTAMENTO PELA BOSTON UNIVERSITY (1981), COM PÓS-DOUTORADO PELA UFRJ.

## COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

### ENID ROCHA

é economista (Unicamp), doutora em Ciências Políticas e Sociais (Unicamp), Diretoria de Estudos e Políticas Sociais – DISOC, diretora adjunta e técnica de planejamento e pesquisa - IPEA.



### CLAUDIUS CECCON

Arquiteto, com extensão (Italia, Holanda) em planejamento urbano, designer, desenhista de humor e chargista (JB, Globo, FSP, Estadão, Manchete, Pif Paf e Pasquim, do qual foi um dos fundadores). Em 1986 criou, com Paulo Freire, Eduardo Coutinho, Ana Maria Machado e outros, o CECIP, Centro de Criação da Imagem Popular, onde desenvolve projetos de formação de educadores e produção de materiais educativos.



### JANE APARECIDA GIORGETTI VALENTE

é assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Secretária Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar da Prefeitura de Campinas/SP desde 2013.



## EXPEDIENTE

COORDENADOR GERAL: **Fabio Paes**

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL: **Roberto Conrado – MTB 75894SP**

ARTE E DIAGRAMAÇÃO: **Daniel Fogaça**

CONSELHO EDITORIAL: **Sandra Greco da Fonseca, Aguinaldo Campos, Fabio Paes e Rodrigo Zavala**

REDAÇÃO: **Cristina de Oliveira, Lourdes Guimarães e Roberto Conrado**

COLABORADORES E ARTICULISTAS: **Alejandra González Riveros, Claudia Vidigal, Claudia Wernec, Claudius Ceccon, Enid Rocha, Esther Arantes, Fabio Paes, Heloisa Helena de Oliveira, Jane Valente, José Carlos Sturza de Moraes, Katerina Volkov, Larissa Ocampos, Léo Duarte, Manoel Torquato, Marco Antonio da Silva Souza (Markinhus), Maristela Barenco, Nayana Brettas e Rodrigo Zavala**

FOTO CAPA: **iStockphoto/RF**

FOTOS: **Divulgação, arquivo Aldeias Infantis SOS Brasil, Purestock/RF e iStockphoto/RF**

IMPRESSÃO: **Paulus**

TIRAGEM: **5.000 exemplares**

REALIZAÇÃO: **Aldeias Infantis SOS Brasil**

**bemcuidar** • NÚMERO 04

ENTRE EM CONTATO

**bemcuidar@aldeiasinfantis.org.br**  
Rua José Antônio Coelho, 400 – Vila Mariana  
São Paulo/SP CEP 04011-061  
Brasil  
Tel +55 (11) 5573-1533



GESTORA NACIONAL:  
**Sandra Greco da Fonseca**

As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente a opinião da Revista Bem Cuidar.

# eu apoio

Escola  
gente  
comunicação em inclusão

Marcelo Corrêa/Divulgação



“ CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA VIVENDO NA POBREZA SÃO UM DOS ALVOS PREFERIDOS DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS NO PLANETA. SÃO VÍTIMAS COMUNS DE DESASTRES NATURAIS, GUERRAS CIVIS E CONFLITOS ARMADOS, PORQUE MORAM EM LOCAIS PERIGOSOS SEM ÁGUA, COMIDA, TRANSPORTE, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER. ENFRENTAM RISCOS DIÁRIOS E CRESCENTES QUE AGRAVAM SUAS LIMITAÇÕES. A TENDÊNCIA É FICAREM MAIS POBRES. É FATO, PORTANTO, QUE EXISTE UMA RELAÇÃO INEQUÍVOCA ENTRE POBREZA E DEFICIÊNCIA AINDA NÃO RECONHECIDA. POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS EMPRESARIAIS QUE CONTEMPLAM REALMENTE TODAS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO MEDIDAS URGENTES. ”

CLAUDIA WERNECK É JORNALISTA; CONSULTORA E PALESTRANTE INTERNACIONAL NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO; ESCRITORA, COM 14 LIVROS PUBLICADOS PELA WVA EDITORA PARA CRIANÇAS E ADULTOS EM PORTUGUÊS, INGLÊS E ESPANHOL E FUNDADORA DA ESCOLA DE GENTE – COMUNICAÇÃO EM INCLUSÃO.

# a TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DA CRIANÇA e DO ADOLESCENTE NO BRASIL

POR ENID ROCHA





**A TRAJETÓRIA** institucional da política da criança e do adolescente no Brasil experimentou diferentes arranjos, refletindo as distintas visões que convivem na sociedade e no Estado sobre esse tema. Nota-se nas políticas públicas para a infância, ao longo dos anos, desde uma perspectiva correccional e repressiva, que visava proteger a sociedade de crianças e adolescentes em situação irregular, até uma visão de garantia de direitos, com o objetivo de oferecer proteção integral a todas as crianças e a todos os adolescentes.

A assistência à infância no Brasil, sobretudo a abandonada e desvalida, sempre contou com considerável participação da sociedade civil. No entanto, a atuação da sociedade nessa área sempre foi marcada pela falta de recursos financeiros regulares e contínuos e pelos recorrentes pedidos ao poder público para que priorizasse as necessidades das crianças frente aos outros gastos. O atendimento do Estado na área da infância pôde ser notado apenas nos últimos anos do século XIX, quando dirigiu sua atenção para “corrigir” e reprimir adolescentes denominados delinquentes e infratores.

A década de 1930, sob a égide do primeiro Código de Menores, caracterizou-se na área da infância pela criação dos grandes internatos

e reformatórios, cujo objetivo era reformar os internos e proteger a sociedade da convivência com crianças e adolescentes em situação irregular. Mas, foi apenas no início da década de 1960, quando vigorava o projeto autoritário no Brasil e após a aprovação pela ONU da Declaração Universal dos Direitos da Criança, que o Estado decidiu assumir a função de principal responsável pelas políticas de assistência à infância e à adolescência abandonada, pobre e “infratora”, criando, em 1964, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), que tinha, entre outras atribuições, a de orientar, coordenar e fiscalizar as organizações públicas e privadas que executavam atendimento na área da infância.

No ano de 1979, com o novo Código de Menores, toma forma a doutrina que definia como “menor em situação irregular”, aquele que estava “privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde, instrução obrigatória; em perigo moral; privado de representação ou assistência legal pela falta eventual dos pais ou responsável; com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; respondendo por prática infracional”.

No fim dos anos 1970 e início dos 80, surge um movimento social com uma nova visão sobre crianças e adolescentes que evidenciava, entre outras questões, a perversidade e a ineficácia da prática de confinamento de crianças e adolescentes em instituições. Dessa forma, a década de 1980 foi de questionamento da doutrina da situação irregular, que mantinha internado enorme número de crianças e adolescentes considerados “irregulares” de acordo com o Código de Menores de 1979. Da ampla discussão e participação dos movimentos sociais que priorizavam as bandeiras “Criança-Constituinte” (1986) e “Criança-Prioridade

Absoluta” (1987) resultaram inúmeros avanços. Entre eles, podem ser destacados, sobretudo, a elevação da criança e do adolescente à condição de sujeitos de direitos, com prioridade absoluta prevista na Constituição Brasileira de 1988, e a substituição do Código de Menores pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Desde então, a política da criança e do adolescente no Brasil vincula-se a, pelo menos, dois preceitos constitucionais.

O primeiro refere-se à, já mencionada, condição de sujeito de direito que a criança e o adolescente adquiriram após a Constituição de 1988. O segundo está relacionado ao status de direito social adquirido pela política da infância e da adolescência na Carta Magna, ao estabelecer que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Após a publicação do ECA em 1990, a Funabem foi extinta, tendo sido criada a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (FCBIA), dentro do Ministério da

Ação Social, cuja estrutura tinha como objetivo contemplar os novos princípios do estatuto e realizar a ação integrada com as outras esferas de governo.

O Decreto de criação do Conanda foi assinado em 1991 e, nesse mesmo ano, foi lançado um manifesto à nação, denominado Pacto pela Infância, que contou com a adesão de cerca de 100 organizações governamentais e não governamentais pelo fim da violência e a melhoria da qualidade do ensino. A primeira Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente aconteceu em 1994 e teve como tema central de discussão o processo de implementação do ECA e a implementação do Pacto pela Infância.

Em 1995, no processo de implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), extingue-se a FCBA, juntamente com a Legião Brasileira da Assistência (LBA). Com a extinção desses órgãos, a área da infância e da adolescência passou a ser coordenada pelo Ministério da Justiça, que estabeleceu as competências do Departamento da Criança e do Adolescente, que ficou responsável pela implementação das ações de suporte, promoção e articulação para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, conforme previsto no ECA.

Os anos 1990, no Brasil, foram marcados pelas políticas de estabilização da moeda e pela implementação das políticas de ajuste estrutural, sendo que, do ponto de vista social, essa década se notabilizou pelo aumento da pobreza e pelo acirramento da desigualdade. Nesse cenário de crise, o ECA foi criado e coroa o novo paradigma da proteção integral incorporado na Constituição brasileira de 1988, tornando-se a única legislação adequada aos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança no contexto latino-americano. Entre outras inovações, as principais que caracterizam o ECA

são a municipalização da política de atendimento direto; a eliminação de formas coercitivas de reclusão por motivos relativos ao desemprego social, por meio da eliminação da figura da situação irregular; a participação paritária e deliberativa governo/sociedade civil, estabelecida por intermédio da existência de Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente; e a hierarquização da função judicial, com a criação do Conselho Tutelar — órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

---

## **“HÁ 27 ANOS NASCIA O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA), QUE, IMPULSIONADO PELA SOCIEDADE CIVIL, INSCREVEU UM NOVO MARCO NA HISTÓRIA DA CIDADANIA BRASILEIRA”**

---

## AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPETIVAS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Há 27 anos nascia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que, impulsionado pela sociedade civil, inscreveu um novo marco na história da cidadania brasileira e estabeleceu um novo padrão de políticas para a infância e adolescência. A mobilização popular mais marcante na área da infância e da juventude foi o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), que se fortaleceu a partir da articulação iniciada por um projeto que destacava as experiências alternativas existentes no País, valorizando e estimulando as propostas de ação que contemplavam a participação dos próprios meninos e meninas na sua formulação e execução em defesa de seus direitos e com ações pautadas numa dimensão política.

Acompanhando os inúmeros avanços nos indicadores sociais do Brasil, um registro especial a ser feito se refere à acentuada redução da extrema pobreza no Brasil observada na última década. A pobreza extrema no País caiu de 8,0% em 2003 para 2,8% da população em 2014. Sem dúvida, todos os avanços conquistados são advindos do vigoroso sistema de proteção social construído e fortalecido no País nas últimas duas décadas, com destaque para algumas políticas e medidas de

referência, como a estruturação do Sistema Único de Assistência Social, o Programa Bolsa Família, a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), contendo 20 metas claras e objetivas para o avanço da educação no País; o aumento da cobertura vacinal; o programa Saúde da Família, entre outros.

O ECA tem muitas vitórias a celebrar. Porém, muito ainda falta para que sua legislação seja cumprida em todos os aspectos da infância e da adolescência. As informações sobre a escolaridade dos jovens adolescentes brasileiros mostram, por exemplo, que há uma grande defasagem entre a idade e o grau de escolaridade atingido, principalmente entre aqueles na faixa de 15 a 17 anos, que deveriam estar cursando o ensino médio ou já tê-lo concluído. Na faixa etária de 12 a 14 anos, que corresponde aos últimos anos do ensino fundamental, os dados mostraram que a imensa maioria (93,3%) tinha o fundamental incompleto e apenas 3,47% havia completado esse nível de ensino.

Os dados da PNAD 2013 revelaram que o Brasil tem ainda enormes desafios para garantir que todos os jovens e adolescentes estejam estudando e concluindo a escolaridade básica. Em 2013, dos 10,6 milhões de jovens de 15 a 17 anos, mais de 1 milhão não estudavam nem trabalhavam; 584 mil só trabalhavam e não estudavam e, aproximadamente, 1,8 milhão conciliavam as atividades de estudo e trabalho. Entre os jovens que não estudavam e não trabalhavam, observam-se as características típicas de exclusão social do País: a maior parte é negra (64,87%); 58% são mulheres; e a imensa maioria (83,5%) é pobre e vive em famílias com renda per capita inferior a 1 salário mínimo.

Outro dado assustador, sobre o qual é necessário avançar, são os dados de homicídios de adolescentes. Segundo o Mapa da Violência de 2013, os homicídios são a principal causa de morte no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores de periferia e áreas metropolitanas dos centros urbanos. No conjunto da população, o crescimento da mortalidade por armas de fogo foi de 346,5%, já para os jovens foi de 414%. Segundo a estimativa do Mapa da Violência, o Brasil é o país com maior número de homicídios por armas de fogo no mundo.

A luta pela conquista da proteção integral de crianças e de adolescentes não se encerra pelo reconhecimento formal de direitos pelo Estado. Esse desafio demanda envolvimento constante por parte do governo e da sociedade, para permitir que as crianças e os adolescentes brasileiros tenham melhoras expressivas em sua qualidade de vida, possibilitando-lhes um futuro melhor.

Sem dúvida, o ECA é uma legislação com capacidade de fazer uma verdadeira mudança na qualidade de vida de todas as crianças e adolescentes brasileiros. No entanto, ainda existem muitas dificuldades para que os princípios, as diretrizes e medidas estabelecidas no ECA se tornem realidade na vida de todas as famílias brasileiras. Entre as dificuldades, destacam-se, em primeiro lugar, a ausência de recursos e meios necessários para o desenvolvimento de ações e políticas públicas

capazes de implementar os direitos previstos no Estatuto, que tem como lema priorizar a criança em todas as áreas, o que significa, sobretudo, prioridade nos gastos públicos da União, dos estados e dos municípios.

Em segundo lugar, outra dificuldade relevante para a implementação do ECA refere-se à ausência da intersectorialidade entre as políticas públicas para o efetivo atendimento da criança e do adolescente nos territórios em que vivem. O ECA estabeleceu nova concepção, organização e gestão das políticas de atenção a este segmento da população e criou o Sistema de Garantia e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGPDCA). O SGPDCA incorpora tanto os direitos universais de todas as crianças e adolescentes brasileiros quanto a proteção especial para aqueles que foram ameaçados ou já tiveram seus direitos violados.

Além das dificuldades na implementação do ECA, há ainda diversos outros projetos de lei que ameaçam os direitos das crianças e dos adolescentes. Entre eles está a redução da maioridade penal. As propostas que visam à redução da maioridade penal e a mudança do tempo de internação, em geral, passam ao largo das causas da violência sofrida e cometida pelos jovens e desviam o foco das questões que precisam ser discutidas. A aplicação correta dos princípios do ECA e do Sinase, no tocante à execução das medidas socioeducativas, é apenas uma das questões a serem enfrentadas com urgência. A criação do Sinase é um avanço inquestionável. No entanto, é preciso que seja dada prioridade para a integralidade de sua aplicação. Aprimorar seu alcance não é o mesmo que rebaixar a idade penal ou investir em medidas penais mais severas, mas dar a devida importância para seu aperfeiçoamento e operacionalização.

Por fim, é importante lembrar que o ECA determina a municipalização do atendimento da política de proteção dos direitos da criança e do adolescente. Essa diretriz é de fundamental importância, sobretudo, no momento em que novos gestores assumem o comando dos poderes executivos municipais. Esses novos administradores, em conjunto com os conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, têm à frente a missão de dar concretude ao princípio da proteção integral. Para tanto, precisam enfrentar o desafio da intersectorialidade direcionando esforços para articular a rede de proteção da infância e da adolescência existente nos municípios e, dessa forma, conseguir uma atuação conjunta e integrada de todos os órgãos e serviços governamentais e não-governamentais que atuam na ampliação e aperfeiçoamento da qualidade dos direitos legalmente previstos para crianças e adolescentes.

---

**ENID ROCHA** É ECONOMISTA (UNICAMP), DOUTORA EM CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS (UNICAMP), DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS – DISOC, DIRETORA ADJUNTA E TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA - IPEA.



# DIÁLOGOS DO CUIDAR

## américa LATINA

### FAMÍLIA, COMUNIDADE E ESTADO: UMA ALIANÇA PARA O CUIDADO

**AS SOCIEDADES** mais desenvolvidas, que têm crescido sob um modelo de bem-estar social, compreenderam mais cedo a necessidade de promover relações de solidariedade nas comunidades, com foco no cuidado e no desenvolvimento de todos e de cada um dos seus membros. Na América Latina, no entanto, o processo de desenvolvimento e modelos que o Estado tem promovido, não seguiu o mesmo caminho. Neste contexto, avaliando o papel que o Estado tem tido no cuidado das famílias, não parece fora de propósito exigirmos uma equação que questione o grau de solidariedade versus o grau de marginalidade em que as famílias vivem, independentemente da sua composição e posição, para tentar cumprir uma variedade de tarefas, tais como os cuidados infantis.

No grau de solidariedade às famílias no cuidado de seus filhos, cabe examinar se as políticas públicas em nível local têm concebido essa função como uma tarefa privada, que transcorre da marginalidade do contexto familiar disponível, ou como uma tarefa de política pública, em conjunto com outras esferas (comunidades, instituições etc.), que reconhecem o valor da solidariedade e da

interdependência social, nas quais o Estado assume um papel de fiador da articulação de alianças entre famílias, redes e políticas públicas.

Bowlby (1980), referindo-se ao papel do apego íntimo com outros seres humanos como o eixo em torno do qual gira a vida de uma pessoa ao longo de sua existência, nos questiona: como podemos esperar uma capacidade de cuidado espontânea para as crianças, quando esta não é mediada por uma atenção amorosa para restaurar as relações de apego interdependentes nas pessoas que esperamos prestar esses mesmos cuidados?

Portanto, escolhendo a concepção de Bowlby sobre o cuidado de crianças, cabe questionarmos como o Estado e sua administração gerenciam políticas públicas, para que, além de exigir o cuidado por parte das famílias, ele também cuide da infância.

---

**ALEJANDRA GONZÁLEZ RIVEROS.**  
DIRECTORA DE ADVOCACY  
ALDEAS INFANTILES SOS CHILE



## BRASIS

### CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM PAIS ENCARCERADOS, INVISÍVEIS ATÉ QUANDO?

**O BRASIL** “tomou conhecimento” e ficou assustado com o sistema carcerário brasileiro neste início de 2017. Mais de 622 mil presos e 4º país que mais encarcera. O que a agenda da infância tem a ver com isso? Tudo!

A política de aprisionamento em massa tem seus efeitos colaterais. Pontuemos o da Criança e do Adolescente com Pais Encarcerados (CAPEs). A ONU se manifestou, dizendo ter “baixo conhecimento sobre a situação dos filhos de reclusos”, um grande desafio para o Estado e para a Sociedade Civil.

A criança e o adolescente com pais encarcerados sofre impactos que dificultam seu desenvolvimento: a dinâmica familiar muda, ocorre aumento da exclusão; dificuldade do exercício da paternidade e maternidade às pessoas que se encontram encarceradas; os lugares são inadequados para contato efetivo com os (as) filhos (as) e o estigma acompanha as crianças e adolescentes, aumentando o círculo vicioso da exclusão.

O ESTADO tem “dificuldade” para administrar e articular os sistemas: penitenciário, judicial, SGD (sistema de garantia de direitos), políticas, programas, planos e serviços que garantam os direitos fundamentais das crianças e dos adolescente com pais encarcerados e dos reclusos, forte tendência na repressão e punição, em detrimento de medidas alternativas à reclusão, prioriza-se o encarceramento, gerando conflito com o Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA), cultura adultocêntrica dos sistemas de justiça e penitenciário, em conflito com o ECA e ausência de diagnóstico sistemático sobre a criança e o Adolescente com pais encarcerados.

A sociedade civil tem o papel fundamental de articular a agenda pública, construir estratégias, propostas e sensibilização da Sociedade e do Estado; apoiar e criar programas e serviços para referenciar boas práticas no enfrentamento à situação das crianças e adolescentes com pais encarcerados, diagnosticando os impactos do encarceramento.

O desafio está lançado, invisíveis até quando? Até ter produção de conhecimento, formação técnica para o trabalho com crianças e adolescentes com pais encarcerados, investimentos na infância e adolescência, sensibilização, visibilidade à temática, ações de proteção dos direitos dessas crianças e adolescentes, programas governamentais e sociedade civil sendo referendados com articulações interinstitucionais, atuação protagonista do conselho de direitos, tutelar, familiares, Crianças e Adolescentes com Pais Encarcerados.

---

**MARCO ANTONIO DA SILVA SOUZA (MARKINHUS)** É CIENTISTA SOCIAL, COORDENADOR GERAL DO PROJETO MENINOS E MENINAS DE RUA E SECRETÁRIO GERAL DO MOVIMENTO NACIONAL DO MOVIMENTO MENINOS E MENINAS DE RUA E CONSELHEIRO DO CNDH.



## OLHAR INTERESSADO

### O BAIRRO DO GLICÉRIO PENSADO E TRANSFORMADO PELAS CRIANÇAS

**NESTA MANHÃ** recebi uma carta:

“Você é nosso convidado especial para viajar para uma cidade que brinca, pensada e construída com as crianças do bairro do Glicério, em São Paulo! O foguete passará na tua casa às 16h00! Traga na mala encantamento, criatividade, sorrisos, alegria, brincadeiras, amor e sonhos!” Espero você! Assinado: crianças!

Resolvi aceitar o convite e embarquei neste foguete. Ao aterrissar fomos recebidos pelas crianças que nos convidaram para abaixar, ficar de joelhos, na altura delas, para olhar o mundo como elas o enxergam e, assim, olhá-las “olho no olho” enquanto falamos com elas. Nos caminhos pela cidade fui me colocando no lugar das crianças e vendo a cidade com seus olhos: as calçadas esburacadas e irregulares pareciam uma montanha russa de emoção, os prédios tão enormes pareciam que iam me devorar, as placas com nomes das ruas tão altas, as lixeiras, a minha mão não alcançava.

Encontrei três ruas e três escolas sendo transformadas com as histórias criadas pelas crianças. As histórias ganharam vida e cor nas fachadas das casas, das escolas, nos muros, nas calçadas, nas ruas. Muitas pessoas estavam com as crianças nesta transformação: professores, famílias, estudantes universitários, artistas grafiteiros, a comunidade. A rua dos carros foi transformada em um lago com jacarés, pontes e jardim. No caminho,

encontramos um dinossauro com calda de ondas do mar, onde podíamos escorregar. E nas escadarias do final da rua, você pode descer pelo escorregador.

O foguete chegou para nossa partida e uma das crianças me entregou uma carta: “Juntos podemos narrar a história de uma cidade pensada com as crianças e devolver para as pessoas e para a cidade, o encantamento de sonhar! Vamos todos fazer uma cidade que brinca! Assinado: crianças!”.

**NAYANA BRETAS** É FORMADA EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA PUC-SP E MESTRE EM SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA PELA UNIVERSIDADE DO MINHO-PORTUGAL, FUNDADORA DA CRIACIDADE, COORDENADORA DO PROJETO CRIANÇA FALA E MEMBRO DA REDE DE EMPREENDEDORES SOCIAIS RED BULL AMAPHIKO.



## PEDAGOGIA DO COTIDIANO

### GRANDES APRENDIZADOS NASCEM COM PEQUENAS PERGUNTAS

A **EDUCAÇÃO** ocidental aprendeu a confinar os processos educativos em espaços institucionais, destituindo a experiência e o cotidiano de sua dimensão de potência e sabedoria. Ficamos, condicionados a acreditar que a educação das crianças e jovens acontecem em suas famílias de origem ou em suas escolas.

Paulo Freire, em sua imensa sabedoria, no livro *A Importância do Ato de Ler* nos traz uma máxima, que pode nos conduzir a uma mudança de lógica em relação à Pedagogia do Cotidiano. Diz ele que “a leitura da vida precede a leitura da palavra”. Com esta premissa, ele nos ensina muitas coisas: que a vida é passível de leituras; que viver engendra aprender a ler as relações que constituem nossa vida; que a leitura da palavra nasce em consonância com um modo de ler a vida; que, para além de lê-la, precisamos reescrevê-la, e que este modo tem a ver com o lugar sociopolítico, a partir de onde estamos inseridos.



Pois bem, embora matriculemos nossas crianças para que aprendam a ler a palavra, precisamos superar o analfabetismo relacional. Por isso precisamos de uma pedagogia, que nos sensibilize para as múltiplas leituras que podemos fazer em nossos cotidianos. Vamos falar delas nesta coluna. Por ora, lanço uma questão pedagógica: o que podemos aprender, no cotidiano, sobre crianças e adolescentes, antes mesmo de querermos ensiná-los? Os grandes aprendizados nascem com pequenas perguntas.

---

**MARISTELA BARENCO** É EDUCADORA SOCIOAMBIENTAL E PROFESSORA UNIVERSITÁRIA (UFF), DOUTORA EM MEIO AMBIENTE, PROFESSORA UNIVERSITÁRIA E ASSESSORA DE MOVIMENTOS SOCIAIS.



# a BUSCA POR SOLUÇÕES nas GESTÕES MUNICIPAIS

A CONSTRUÇÃO INTERSECRETARIAL DA RESOLUÇÃO DAS DEMANDAS MUNICIPAIS QUE ATINGEM A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA DEVE CONTAR COM A AMPLA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

POR KATERINA VOLCOV



# P

**POLITICAMENTE**, o ano de 2016 foi intenso em vista do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, da cassação de parlamentares do Congresso Nacional e das eleições municipais para prefeita (o) e vereadoras (es). Nesse último caso, de acordo com Tribunal Superior Eleitoral, mais de 144 milhões de pessoas tiveram a oportunidade de escolher as (os) candidatas (os) de sua preferência para os 5568 municípios que contavam com o processo de escolha. Durante as semanas que antecediam o pleito, cada candidato pôde apresentar seu projeto político e plano de governo nas diversas áreas e demandas da cidade. Todos os municípios que participaram desse processo tiveram suas representações tomando posse no início de janeiro de 2017, sendo anunciadas as respectivas Secretarias e projetos para os próximos quatro anos.

Em que pese que 60% das prefeituras terminariam o ano de 2016 endividados segundo dados da Confederação Nacional dos Municípios, pois os dois principais déficits dos municípios têm como credores o Tesouro Nacional e bancos públicos, além da previdência social e todos esses déficits somados chegam à cifra de mais de R\$ 150 bilhões, crianças e adolescentes ainda que não escolham seus representantes recebem o resultado da urna a cada quatro anos, seja na oferta e qualidade dos serviços oferecidos pelos seus representantes, seja na ausência da prestação dos mesmos.

Ainda que os marcos legais como a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente priorizem a infância e a adolescência no recebimento de recursos públicos para o atendimento das respectivas demandas, pois crianças e adolescentes contam com prioridade no recebimento de proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; preferência no atendimento público e em serviços públicos; e tem a precedência na formulação e execução das políticas sociais públicas, os números mostram que o poder público precisa reforçar sua capacidade de execução a fim de atender a demanda.

## DESAFIOS

No segundo semestre de 2016, o UNICEF lançou um documento com os principais desafios dos municípios na gestão 2017-2020. De forma bastante objetiva listou cinco grandes questões que envolvem soluções intersecretariais, dado que a saúde, a educação, a assistência social e a segurança pública estão envolvidas, bem como a União e os Estados.

### Resumidamente:

- Mais de 3 (três) milhões de crianças e adolescentes, de 4 a 17 anos, estão fora da escola. A exclusão escolar atinge majoritariamente crianças negras, indígenas, pobres, com deficiência, que residem na zona rural ou no Semiárido brasileiro, na Amazônia e nas periferias;

- Baseado no Datasus (2014), o UNICEF estima que 30 crianças e adolescentes são assassinados diariamente. Maior parte dos homicídios atingem meninos e jovens negros, visto que 3334 adolescentes entre 10 e 19 anos morreram nas capitais brasileiras apenas em 2014. E nesse caso se considerarmos somente os dados oficiais, dado que há os autos de resistência, as chacinas sem

juízo, entre outras situações singulares que ocorrem diariamente nas bordas das grandes cidades;

- Apenas 755 comarcas das 2680 existentes no país possuem Defensoria Pública, conseqüentemente há uma ausência significativa de Varas da Infância e Juventude, bem como núcleos especializados;

- A infecção por HIV também aumentou junto ao público adolescente: entre 2004 e 2013, o número de novos casos cresceu 53% em meninos com idade entre 15 e 19 anos. Em São Paulo, por exemplo, a taxa passou de 22,2 para 43,3 para esse público.

### Além desses dados divulgados pelo órgão internacional, temos ainda:

- Mais de 260 mil denúncias de violências (física, psicológica, sexual e negligência) contra crianças e adolescentes foram recebidas pelo Disque Denúncia em 2015. Lembrando que o Brasil conta com 5084 Conselhos de Direitos e 5472 Conselhos Tutelares. Os Conselhos de Direitos são órgãos que fazem a gestão do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e são responsáveis, por exemplo, pela indicação de onde e como devem ser investidos os recursos públicos na defesa e promoção dos direitos da infância e adolescência. Se temos um total de 5568 municípios, isso significa que há localidades que não têm como prioridade absoluta uma política voltada às crianças;

## A LEGISLAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- 562.609 crianças nasceram de mães com idade entre 10 e 19 anos em 2014 e tem crescido a taxa de incidência de sífilis congênita. O alto índice de gravidez na adolescência, por sua vez, é um indicador para a evasão escolar;

- 3250 municípios não contam com Fundo Municipal de Educação e 3137 municípios não possuem Planos Municipais de Educação, o que implica diretamente no acesso e na qualidade da educação infantil e fundamental;

- Em todo o Brasil, 3.936.869 crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos vivem em favelas;

- E mais de 10,3 milhões de pessoas não têm acesso adequado à água, entre elas, crianças e adolescentes;

Os dados acima refletem problemas que não se circunscrevem apenas a uma secretaria ou a uma única entidade. Se pensarmos na prevenção do HIV ou de gravidez na adolescência, é imprescindível que as áreas de saúde, educação e assistência social estejam envolvidas; quando analisamos a problemática da demanda por creches, pelo menos as áreas de educação e infraestrutura estão envolvidas; saneamento é somente responsabilidade de Obras, e sua falta implica diretamente na saúde, educação e lazer. As problemáticas – não é apenas uma! - que envolvem a infância e a adolescência não se confina àquela ou a este saber ou competência, principalmente, quando se está em um contexto de crise econômica e política.

Da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 até os dias atuais, uma série de novas Leis, Portarias, Decretos, Resoluções foram sancionadas. Entre elas, temos: a Lei de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Decreto 6481, de 12 de junho de 2008, que trata das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação; a Lei No. 12010, de 3 de agosto de 2009, que trata do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária, a Lei do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Lei 12594, de 18 de janeiro de 2012) que regulamenta as medidas socioeducativas; as Resoluções No. 161 e 171, que trata dos parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; a Lei Menino Bernardo, Lei No. 13010, de 26 de junho de 2014, que estabelece o direito da criança e do adolescente de ser educado e cuidado sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel e degradante e o Marco Legal da Primeira Infância, Lei No. 13257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância.

# "NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2016, O UNICEF LANÇOU UM DOCUMENTO COM OS PRINCIPAIS DESAFIOS DOS MUNICÍPIOS NA GESTÃO 2017-2020"

Além disso, em 2010, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) colocou em consulta pública o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Alicerçado sob os princípios da universalidade, indivisibilidade e interdependência, tal plano se constitui como um articulador de distintas políticas setoriais e é composto por 5 (cinco) eixos, 9 (nove) diretrizes e 59 objetivos estratégicos.

Em 2016, a X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, evento realizado em Brasília, que contou pela primeira vez com a participação de crianças e adolescentes debatendo seus próprios direitos, tinha como tema a “Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente”. Mesmo com a existência do Plano Nacional já há alguns anos, sua real efetivação em território nacional ainda merece mobilização e atenção do Estado e da sociedade civil, em vista de que milhares de municípios ainda não possuem seus respectivos planos municipais, e em alguns casos, nem mesmo o Conselho.

#### PLANO DECENAL MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:

Elaborar planos exige minimamente conhecimento e um horizonte ao qual se quer atingir. Seja um plano pessoal, empresarial ou governamental, tal instrumento contará com um diagnóstico

prévio da situação/ do contexto para fins de melhoria ou atingimento de determinado fim. Além disso, quando se propõe um plano, concomitante recomenda-se a proposição de um cronograma, no intuito de que as diretrizes e as estratégias tornem-se realidade.

Quando um Plano Nacional é posto em ação, pelo menos em teoria, há um cronograma para que os demais entes federativos – Estados, Distrito Federal e Municípios - elaborem seus respectivos planos. Isso equivale dizer que nesses âmbitos, os conselhos de direitos, os fóruns, os movimentos sociais, as organizações não-governamentais, as e os pesquisadores e especialistas participarão da formulação do referido plano com as especificidades do referido território. O norteamento é dado pelo Plano Nacional; o município articulará modos de traduzir *in loco* e em seu plano municipal decenal as estratégias nacionais.

Porém, em vista do atual cenário político-econômico, os governos municipais necessitam implementar mecanismos de cofinanciamento e de repasse de recursos do Fundo da Infância e da Adolescência entre as três esferas governamentais (União, Estado e Município) a fim de que as prioridades estabelecidas nos marcos legais nacionais e internacionais ratificados pelo Governo Federal sejam efetivados em nível local. Se com recursos implementar uma nova política é uma tarefa hercúlea, dada a interlocução dos diversos agentes envolvidos, sem recurso é quase impossível. Como garantir acesso à creche, sem verba para a construção da obra? Como garantir um pré-natal adequado à adolescente gestante sem os devidos equipamentos e respectivos profissionais em uma UBS? Como garantir que crianças e adolescentes tenham acesso à Justiça se não há defensores públicos suficientes em todas as comarcas?

A sociedade civil organizada, as/ os especialistas e pesquisadores podem contribuir incisivamente com os dados e as pesquisas realizadas tanto no campo da infância e adolescência, como em outros setores. Os direitos humanos da criança e do adolescente são transversais às áreas e necessitam ser articulados e integrados em rede pelas políticas sociais. Uma política municipal de direitos humanos é transversal, pois é multidisciplinar, intersetorial e multiprofissional, pois as políticas públicas são infraestruturantes, econômicas, sociais e institucionais.

Por fim, a diferença entre o plano decenal municipal de direitos humanos de crianças e adolescentes e os demais que já foram feitos em outras esferas é a possibilidade de que crianças e adolescentes venham somar nesse processo. O protagonismo infanto-juvenil precisa sair do papel e ser efetivado na prática junto a todas as instâncias de promoção e defesa de direitos. Crianças e adolescentes podem e devem participar de todas as fases de elaboração dos planos municipais de direitos. Urge que a sociedade civil organizada, governos e os Conselhos de Direitos se atualizem na questão do protagonismo infanto-juvenil.

Aliar o conhecimento prévio dos agentes governamentais das diversas áreas às informações da sociedade civil organizada e do público-alvo das políticas em um mesmo espaço é seguramente desafiador. Contudo, há a certeza maior de que algo novo, potente e enriquecedor surge desse novo caldo. O velho jeito de fazer política social não alcançou os resultados previstos em direitos humanos em todos esses anos. Claro que melhorias foram alcançadas, mas ainda estamos distantes em alguns quesitos.

Se todos os atores são comprometidos verdadeiramente com uma sociedade mais justa e equânime e há coragem de fazer o novo, seguramente, os Planos Decenais Municipais e os Programas governamentais da gestão 2017-2020 alcançarão um novo patamar em termos de promoção e defesa dos direitos da infância e adolescência. As crianças e as/ os adolescentes agradecem!

---

**KATERINA VOLCOV** É DOUTORANDA EM SAÚDE PÚBLICA PELA USP E MESTRA EM CIÊNCIAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA PELA UNIFESP, CONSULTORA NA ÁREA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, POLÍTICAS PÚBLICAS E VULNERABILIDADES E PROFESSORA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL.





# "LUGAR DE PRIORIDADE É NO ORÇAMENTO"

PARA HELOISA HELENA DE OLIVEIRA, DA FUNDAÇÃO ABRINQ, É  
PRECISO GARANTIR QUE AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA A INFÂNCIA  
NÃO SEJAM PREJUDICADAS NA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS  
PÚBLICOS EM 2017

*Revista Bem Cuidar – A ONU lançou no ano passado os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Qual a importância desses objetivos para o atual cenário social da Criança e do Adolescente do País?*

**HELOISA HELENA DE OLIVEIRA** – Os ODS, assim como outros acordos globais propostos pela ONU, têm o papel de mobilizar os países para tratar de questões que são comuns e mobilizar os Chefes de Estado para uma ação coordenada. No caso dos ODS, foi proposto um framework global claro, englobando todas as dimensões dos problemas enfrentados. Nesse sentido, a aprovação dos ODS na 70ª Assembleia da ONU, em 2015, se coloca como uma grande oportunidade para superarmos desafios sociais no Brasil, onde as crianças e adolescentes são o grupo mais vulnerável. São 17 objetivos e 169 metas, orientadas aos desafios das três dimensões do desenvolvimento sustentável – social, econômica e ambiental. As questões relacionadas aos direitos da Criança e do Adolescente estão contempladas de forma transversal em pelo menos 10 dos Objetivos propostos. Até 2030, todos os países estão comprometidos com o cumprimento dos ODS, com desafios e metas bastante ambiciosas para a erradicação

da pobreza, promoção da equidade e da justiça e a redução dos efeitos nocivos das mudanças climáticas. Diferente dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que vigoraram de 2000 a 2015 e foram orientados aos países em desenvolvimento, nos ODS, os países desenvolvidos também têm metas a cumprir. O olhar para os desafios subnacionais também é estratégico para promovermos a redução da desigualdade, tão desafiadora no Brasil.

*Revista Bem Cuidar - Em 2016 houve eleições municipais. Como os novos prefeitos podem basear sua gestão nos ODS? Como conectar iniciativas mundiais com necessidades locais?*

**HELOISA HELENA DE OLIVEIRA** – Os ODS são uma ferramenta estratégica para os municípios. A internalização da implementação dos ODS ocorre a partir da criação de uma Comissão Nacional de acompanhamento, que deverá gerenciar a implementação dos ODS no país. O Brasil criou a Comissão Nacional dos ODS, por meio do Decreto 8.892, de 27 de outubro de 2016. Esse é o primeiro passo da implementação e o nosso grande desafio é traduzir esse grande acordo internacional em metas nacionais, definir a nossa matriz de indicadores e traduzir esses compromissos nos planos municipais de governo. O papel dos gestores municipais, sobretudo, é de extrema importância, pois é nas cidades que vivem as famílias que vão demandar os serviços públicos. O ano de 2017 traz uma

---

**“TEREMOS QUE ATUAR FORTEMENTE NO CONTROLE SOCIAL SOBRE A ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS, DE TODOS OS NÍVEIS, PARA GARANTIR QUE AS POLÍTICAS SOCIAIS SEJAM MANTIDAS”**

---

grande oportunidade de implementação dos ODS, pois é ano de elaboração dos Planos Plurianuais Municipais (PPA), quando não só pode ser feito o alinhamento das políticas municipais com os ODS como podem ser incorporadas ações específicas que visam o cumprimento das metas de desenvolvimento sustentável face aos desafios locais. O PPA sempre é elaborado no primeiro ano do mandato, e vigora a partir do segundo ano, abrangendo os três últimos anos do mandato do gestor e o primeiro do mandato seguinte.

**Revista Bem Cuidar – Então, o Plano Plurianual é a peça chave para implementar os ODS.**

**HELOISA HELENA DE OLIVEIRA** – Sim. O PPA consolida as políticas e ações do governo para aquele período e orienta a elaboração das Leis Orçamentárias Anuais – LOA. No atual cenário político complexo de ajuste fiscal, a oportunidade de garantir a priorização das políticas que promovem o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões é na elaboração do Plano Plurianual Municipal. Esse é o momento, de fato, de garantir que esse acordo global seja implementado através de ações concretas nos territórios onde vivem as famílias. Precisamos garantir que as políticas e programas sociais, especialmente os que tratam de investimentos voltados para crianças e adolescentes, estejam priorizados e orçados nesse plano. Tem uma frase que eu gosto sempre de dizer: “lugar de prioridade é no orçamento”, pois assim elas se materializam de fato.

**Revista Bem Cuidar – Como fazer gestão de políticas sociais em contexto na crise?**

**HELOISA HELENA DE OLIVEIRA** – Este é um momento muito difícil para as políticas sociais em nosso país, com a aprovação do Novo Regime Fiscal proposto pelo Governo, que cria um teto de gastos públicos federais por 20 anos, além de outras propostas que estenderão a aplicação do mesmo teto a estados e que propõem a desvinculação de receitas de estados e municípios. Teremos que atuar fortemente no controle social sobre a elaboração dos orçamentos públicos, de todos os níveis, para garantir que as políticas sociais sejam mantidas e não sejam prejudicadas por outros investimentos. Não vai ser nada fácil, principalmente por que as contas públicas e o orçamento em geral não são muito claros e dificultam esse controle social.

**Revista Bem Cuidar - Qual o papel das organizações da sociedade civil nesse cenário?**

**HELOISA HELENA DE OLIVEIRA** – As organizações devem exercer esse controle social sobre os gastos públicos, exigindo que as políticas sociais básicas sejam mantidas e que as prioridades estejam expressas no orçamento. Teremos que nos articular muito para nos fortalecer como rede de mobilização social, aprofundando ainda mais nosso conhecimento sobre a qualidade dos gastos públicos. Nesse contexto, as ferramentas das redes sociais e a grande mídia ajudam muito a dar visibilidade aos fatos que impactam na qualidade da gestão pública.

**Revista Bem Cuidar – De que forma as políticas públicas podem ser aperfeiçoadas?**

**HELOISA HELENA DE OLIVEIRA** – Como já comentei, é nos municípios que as políticas públicas de fato acontecem, por isso é importante acompanhar a gestão municipal, de que maneira os Prefeitos vão honrar suas propostas de campanha e, além disso, atuar para que os recursos financeiros, humanos e técnicos cheguem às políticas municipais. Com esse objetivo, a Fundação Abrinq criou o Programa Prefeito Amigo da Criança, que já está na sua sexta edição, que visa comprometer os prefeitos eleitos a priorizarem as crianças e adolescentes em seus programas de governo. Através desse Programa apoiamos os gestores municipais, desde o diagnóstico, o plano de trabalho, a elaboração do orçamento e depois acompanhamos os resultados alcançados durante sua gestão. O Brasil é um país muito grande, com 5.570 municípios de diferentes portes e muitas vezes, os gestores eleitos não têm informações sobre os desafios de sua comunidade e nem como solucionar esses desafios e de que fontes de

financiamento dispõe para isso. Por isso o apoio técnico a esses gestores pode dar muito mais qualidade às políticas locais.

**Revista Bem Cuidar – Como desenvolver políticas para resolver as vulnerabilidades sociais?**

**HELOISA HELENA DE OLIVEIRA** – As vulnerabilidades sociais estão sempre muito interligadas e devem ser objeto de um olhar mais apurado para as políticas públicas, principalmente as políticas básicas que têm o papel de evitar as vulnerabilidades e violações de direitos. Mesmo numa cidade como São Paulo nos deparamos com diversas comunidades em situação de vulnerabilidade, muitas vezes, sem saneamento básico, sem moradias adequadas, sem escolas de qualidade e sem oferta de creches. Nessa situação, uma mãe que é a sustentação financeira da família e precisa sair para trabalhar, necessita ter a segurança de que seus filhos estarão se desenvolvendo em sua plenitude, com escola e espaços de lazer e cultura e protegidos contra qualquer ameaça ou exposição à violência.

**Revista Bem Cuidar – Qual a sua visão sobre o crescimento da violência no contexto da nossa sociedade atual?**

**HELOISA HELENA DE OLIVEIRA** – A violência tem de ser vista e tratada muito mais como um fenômeno social do que apenas uma questão de segurança pública. Nossa sociedade e, em geral, os gestores da política brasileira ainda não despertaram para a interligação que há entre as vulnerabilidades sociais e a violência. A prova disso é que todas as propostas de mudanças de leis e políticas para responder às diferentes violências que têm apoio popular são aquelas que têm uma abordagem exclusivamente de segurança pública. Não existe apoio popular

às iniciativas para prevenir que a violência aconteça pelo viés social. Hoje, as políticas são pautadas pela repressão e pelo encarceramento. Por exemplo, ao tratar a violência olhando apenas o indivíduo, adolescente que cometeu um ato infracional, estamos deixando de tratar a causa do problema na sua origem, que começa com a ausência de proteção na família e da escola. E tratar a vulnerabilidade social não é uma questão que envolve somente dinheiro. O desafio é muito mais estratégico que financeiro. A proteção custa mais barato que a punição. Implantar e manter uma escola em tempo integral é muito mais barato do que construir e manter um presídio. Gosto sempre de contar uma história que ouvi do grande defensor de direitos humanos, o Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa: “Certa vez, dois rapazes caminhando pela margem de um rio, avistaram crianças se afogando no rio. Eles pularam na água para resgatá-las, porém, quanto mais crianças eles salvavam, mais crianças desciam pela correnteza. De repente, um dos rapazes parou o que estava fazendo e saiu do rio. O outro, então, perguntou se ele havia desistido e ouviu como resposta: Não desisti. Vou subir pela margem do rio para descobrir porque as crianças estão caindo”. Acho que isso ilustra bem o que disse com relação à forma de tratar a questão da violência.

**Revista Bem Cuidar – Quais os planos da Fundação Abrinq para 2017?**

**HELOISA HELENA DE OLIVEIRA** – O ano de 2017 traz muitos desafios para as organizações sociais e em especial para a Fundação Abrinq. Sob o ponto de vista da nossa atuação, o eixo central será a nova edição do Programa Prefeito Amigo da Criança, quando teremos o primeiro ano de uma nova gestão municipal. No primeiro momento, nosso grande desafio será atrair o maior número possível de gestores para participarem do Programa. Depois disso, vamos estar juntos com esses gestores na elaboração dos diagnósticos e dos planos de gestão. No cenário nacional, o monitoramento das políticas e da agenda legislativa

da infância serão nosso foco, e acreditamos que no atual cenário político, esse trabalho terá uma complexidade ainda maior. Estamos investindo muito em plataformas digitais que facilitam nosso contato com gestores públicos, redes de mobilização social e com apoiadores e defensores dos direitos de crianças e adolescentes. Escolhemos como prioridade para investimentos da nossa organização, a primeira infância, mas sem abandonar a visão ampla da agenda social da infância que a Fundação Abrinq trabalha desde a sua criação, pautando-se na Convenção Internacional dos Direitos da Crianças, na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, além dos acordos internacionais firmados pelo Brasil e outras leis e normas que se aplicam aos direitos de nossas crianças e adolescentes. Tenho certeza de que o ano de 2017 será um ano de muito trabalho para todos nós.

---

**HELOISA HELENA DE OLIVEIRA** É BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS PELO UNICEUB DE BRASÍLIA (DF), COM MBA PARA EXECUTIVOS E ESPECIALIZAÇÃO EM GOVERNANÇA CORPORATIVA PELA USP – SÃO PAULO. ATUALMENTE EXERCE A FUNÇÃO DE ADMINISTRADORA EXECUTIVA NA FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.







# ocupações e REFORMA DO ensino médio NO BRASIL

# a INDIGNAÇÃO COM a MÁ QUALIDADE Da EDUCAÇÃO é De TODOS OS BRASILEIROS

POR CLÁUDIA VIDIGAL

E

**EM DEZEMBRO** de 2015, estudantes de uma escola de São Paulo iniciaram um movimento sem volta. Nunca imaginaram que sua iniciativa se reverteria em uma das mais importantes manifestações do protagonismo da juventude na construção da política social de nosso país nos últimos anos. Ao ocuparem uma escola em São Paulo, expressando o descontentamento com os planos de reforma na educação propostos pelo governo do Estado, os estudantes desvelaram uma potência e força que só a juventude é capaz de apresentar. A voz calada da indignação de muitos foi ativada a partir daquele momento.

As ocupações se multiplicaram rapidamente, cada uma a seu modo e forma própria, mas com um eixo comum incontestável: a escola é dos estudantes e precisa ser transformada, sobretudo por eles mesmos.

Foram mais de 1000 escolas ocupadas em um ano de movimento vibrante e empiricamente contagiante.

Querem a escola mais democrática, mais respeitosa, capaz de acolher os desejos, sonhos e demandas de uma juventude já abalada pelo descaso, mas forte e esperançosa pelo novo. Não aceitam reformas de que não participem. Reprovam fortemente a redução de investimentos. Repudiam o Projeto Escola sem Partido que, perigosamente, visa matar a discussão e reflexão políticas do espaço escolar. Não, a escola não sofrerá esses impactos em silêncio. Seus “donos” colocam seus corpos, mentes e espírito a serviço desse espaço, que mais do que o lugar de aprender, representa seu lugar no mundo, locus da sua relação mais direta com a política pública, com a comunidade e com a construção do seu país.

Nas ocupações, rotinas foram criadas, com rodas de debates sobre o que a escola é e deve ser.

Jovens se revezando nos cuidados com o espaço físico e com o bem-estar de cada um, como talvez nunca antes. Debates com familiares, sendo os pais, convocados a apurar a escuta para compreender o que seus filhos buscam. E assim, por um tempo, fizeram e viveram a escola que acreditam, como que num ensaio para a estreia do grande espetáculo: a escola ocupada, em sua nova rotina escolar.

Podemos versar sobre a escolha equivocada de realizar a mediação da gestão pública com a sociedade civil desse movimento através da polícia, mas parece-me óbvio demais. Repetir as palavras de repúdio contra a repressão é sempre bom, mas já pouco agrega de tão claro está que, conflitos mediados pela força são conflitos não enfrentados e não resolvidos.

É possível aprofundarmos a reflexão sobre o momento político do país, em que há uma certa ameaça à democracia pairando sobre a cabeça de muitos jovens. Esse debate, que nos divide e nos separa em visões de mundo distintas, que tendem a intolerância e ao desrespeito, em nada se alinha com a proposta de democracia, respeito e desejo de escuta trazida pelos estudantes. Falaríamos de golpe ou não golpe, do direito de todos de estudarem que foi violado durante as ocupações, do impacto real na execução no Enem e nas eleições. E ao final, voltaríamos à separação de todos em dois

grupos, distintos, quase rivais. Não. Visões de mundo diferem e posicionamentos políticos também, mas a indignação com a má qualidade da educação é de todos os brasileiros.

O que mais quero, neste momento, é provocar essa rapaziada, que nos enche de orgulho e esperança, a seguir com as ocupações como um movimento diário, coletivo, conjunto e apartidário. Um movimento que assume a responsabilidade de construir a Escola que queremos a cada dia, com pequenos e grandes atos. Com rodas de diálogo e debate. Com conversas com o poder público focadas na mudança que queremos e precisamos. Com o apoio de adultos - sim, podemos estar juntos e colaborar. Meninos e meninas, não nos deixem sós! Estamos nisso juntos e vocês são o coração desse sistema.

---

**CLAUDIA VIDIGAL**

SECRETÁRIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.



# OCUPAÇÕES DE ESCOLAS, ALTERNATIVA AOS ARBÍTRIOS

POR JOSÉ CARLOS STURZA DE MORAES

# E

**EM 2016**, cerca de 2.300 escolas estaduais e federais, faculdades e universidades foram ocupadas por estudantes secundaristas e do ensino superior, em dois terços dos Estados brasileiros. Consolidando a experiência como uma das maiores atividades políticas da história do País.

No primeiro semestre, foram ocupadas escolas de ensino fundamental e médio, devido aos vários – e articulados – projetos de privatização das redes públicas, sucateamento, e projetos intitulados ‘Escola Sem Partido’. Foram em torno de 1.200 escolas. No segundo semestre, foram cerca de 1.300 [algumas poucas nos dois semestres], pelas mesmas pautas e por forte contrariedade efeitos nocivos da PEC 241 [55], que congelou o investimento em educação e todas as demais políticas públicas por 20 anos, e à Medida Provisória que permite o sucateamento da educação básica [MP do Ensino Médio].

Portanto, a resistência à imposição de mudanças no Ensino Médio, que atingem toda a Educação Básica,

por meio de Medida Provisória [já vigente desde sua publicação] se deu em 2016 por um instrumento de luta já muito utilizado por estudantes, que começou antes ainda na histórica e vitoriosa luta de estudantes de São Paulo contra o fechamento de suas escolas.

Além disso, atos institucionais como Medidas Provisórias para temas de interesse social, em que são indispensáveis a consulta pública e a construção à muitas mãos, é uma aposta política deliberada em propor e agravar confrontos ou instituir subserviências.

Felizmente, insubmissos/as, estudantes de todo Brasil, em grande parte [especialmente secundaristas] desarticulados das entidades tradicionais têm dado resposta, política e eticamente corretas.

Uma das primeiras ações pós golpe parlamentar-jurídico-midiático-empresarial que levou à cassação do mandato da presidenta eleita, e coincidindo com as eleições municipais e com o ENEM, o enfrentamento ao momento das ocupações teve conotação claramente político-ideológica por parte do MEC. O melhor e mais evidente exemplo foi que, enquanto o TSE mudou os locais de realização das eleições em 4 estados, negociando com os movimentos, especialmente em Minas Gerais, o MEC cancelou o ENEM nos locais de ocupação para emparedar o movimento e colocar a opinião pública contra os/as estudantes. Resultado: a Justiça Eleitoral alterou o local de votação para mais de 700 mil eleitores e o MEC prejudicou 191 mil estudantes, por repulsa à democracia, apostando no caos social, esquivando-se de debater com estudantes.

Na sequência, desde novembro passado, o MEC mantém inverídica propaganda televisiva, em rádios, jornais e à porta de escolas, dizendo que o 'novo' ensino médio está em debate. Nunca houve debate! Afirma também a propaganda oficial que estudantes terão oportunidade de escolha. Também uma inverdade, visto que – pela MP – quem faz a escolha são os sistemas de ensino, cabendo à estudantes, se houver oferta da área de ensino que desejarem, deslocarem-se pela cidade. O que, se sabe, é praticamente impossível para a maioria dos/as adolescentes nas grandes cidades brasileiras, por motivos que vão da falta de recursos, existência, tempo de deslocamento e custos do transporte à segurança.

Importa registrar, num País que tem uma Constituição Federal e um Estatuto da Criança e do Adolescente garantistas, que nesse cenário de confronto, promotores/as, juízes/as, conselhos de direitos e tutelares se dividiram. A maior parte, reconhecendo o direito de protesto e uma pequena parte desses/as apoiando estudantes. Mas tivemos ações deploráveis, como no Distrito Federal, em que um juiz determinou tortura à estudantes ocupantes, posição rapidamente seguida em outros Estados, por meio do corte de água, luz, comida e até da entrada de familiares em escolas ocupadas, e um promotor de justiça do Paraná que afirmou que estudantes que ocupavam escolas eram piores que menores aliciados pelo tráfico de drogas e que cometem atos infracionais.

Situação absolutamente insustentável para agentes públicos/as que deveriam buscar assegurar direitos, visto que – entre outras características marcadamente positivas – as ocupações

de escolas foram atos de resistência pacífica, em que estudantes tomaram conta de seus educandários de forma cidadã, promovendo cuidados, reparos e abrindo a escola à outras experiências educativas. Em grande parte delas, houve inclusive conquista de melhorias e reformas importantes, como no Rio Grande do Sul.

Portanto, as ocupações foram a alternativa encontrada pelos/as estudantes para fazer frente à imposição de um governo antipopular e furar o bloqueio da grande mídia, afinada com os interesses privatistas do governo federal e de muitos governos estaduais. E serviu muito. Politizou o debate, que ainda está longe de terminar. Pois a Educação Pública, uma das maiores conquistas pós-1988, corre sérios riscos de ser reduzida e ainda mais sucateada em todos os níveis.

Se de um lado temos pessoas adultas impregnadas de autoritarismo, adultocentrismo, deseducando, de outro temos adolescentes e jovens praticando atos de desobediência civil, de coragem, esperança e muita solidariedade.

Parafraseando Brecht, de estudantes que ocuparam dizem que violentos/as, mas não se dizem violentos os governos que os/as oprimem...

---

#### JOSÉ CARLOS STURZA DE MORAES

CIENTISTA SOCIAL, MESTRE EM EDUCAÇÃO E CONSELHEIRO DO CONANDA (GESTÃO 2015/2016).



# CAMINHAR É PRECISO

POR FÁBIO PAES

**O QUE FALAR** sobre a realidade política, social e econômica destes últimos meses no Brasil? Aprendemos que discutir e promover o debate sobre política é importante e necessário em meio a tantas informações, muitas delas contraditórias. O país ainda vive o impacto do impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a transição para o atual governo, cujas estratégias e medidas, no campo educacional, trabalhista e social, têm gerado tensão e incompreensão em parte da sociedade civil.

O que se observa são movimentos, sindicatos e organizações populares e até internacionais ocuparem as ruas e espaços de debate contra qualquer

medida de redução e exclusão de direitos adquiridos arvorada em uma mitigação da crise econômica, que jamais será superada com menos educação, menos assistência a comunidades vulneráveis, com menos investimentos em saúde da população.

O ciclo vicioso entre crise financeira e crise política favorece um clima de instabilidade social e de justificativas canhestras para ações e medidas conservadoras no campo econômico, político e social.

A supressão de direitos, não entanto, não é um “caso” brasileiro. Internacionalmente, a situação dos imigrantes, por exemplo, apresenta uma questão:

“O que é uma fronteira e qual é a sua lógica necessária? As fronteiras servem para acolher ou excluir grupos étnicos? Um novo acordo humanitário frente ao direito da terra e da propriedade urge como sonho planetário. É preciso falar não apenas de novas fronteiras e de fluxos migratórios, mas da formação de Estado em um mundo globalizado.

Globalizamos o consumo e não globalizamos os direitos fundamentais de vivermos numa mesma “Nave chamada Terra”, como diz o ex-presidente do Uruguai, José Mujica. Aqui, em nosso país temos políticas e planos, mas que são deficitários em sua implementação. A questão da falência de alguns estados e municípios que

não conseguem gerir seus recursos e demandas são agravantes. A Política da Criança e Adolescente sofre neste contexto como algo não prioritário como rege o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O histórico de parte significativa dos representantes públicos, que refletem muito mais interesses pessoais ou institucionais, esvazia sua função de expertos nas políticas e nas competências gerenciais de um sistema que precisa funcionar de forma articulada com todo o setor público.

Sobre a realidade brasileira ainda temos, entre outras, uma dívida pública e societária no campo da educação.

A reforma apresentada pelo atual governo não representa o debate histórico de parte de intelectuais, pesquisadores, de redes e fóruns nacionais e internacionais, que apontam para a superação de uma visão de educação que educa para o trabalho, mas, sim, para a vida. A escola não deveria ser a antessala do emprego, e sim, levar a uma vida produtiva no campo da criticidade e da subjetividade.

Mas há um conjunto de ações que navegam na contramão de grupos mais conservadores, como aquelas lideradas no campo do Conselho de Direitos, no caso do CONANDA, que aprovou algumas resoluções inovadoras, como o caso da Resolução Conjunta com CNAS nº1 sobre Crianças e

Adolescentes em Situação de Rua, que define novas ações da rede para este público. Outra Resolução nº. 181 do Conselho, trata dos parâmetros para interpretação dos direitos e adequação dos serviços relacionados ao atendimento de Crianças e Adolescentes pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil.

Enfim, muita coisa pra falar e refletir neste tempo de tantos acontecimentos, que parecem construir mais muros do que ponte, mas há pistas e caminhos para garantir os direitos à vida em sua integralidade. Caminhar é preciso, mas como dizia Guimaraes Rosa: “Porque eu só preciso de pés livres, de mãos dadas, e de olhos bem abertos”.

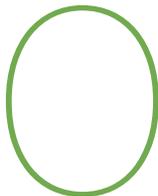
**FÁBIO PAES** É ASSESSOR NACIONAL DA ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL





# **BLOCO eURECA: DESFILE DE CIDADANIA DAS CRIANÇAS e ADOLESCENTES**

POR NÉIA BUENO



O **ESTATUTO** da Criança e do adolescente (ECA), aprovado em 1990, é um importante instrumento na defesa e proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Sua criação e validação promoveu uma mudança na forma como esse público é reconhecido socialmente, estabelecendo leis que asseguram seus direitos e deveres de cidadania. O Bloco EURECA – Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente – começou suas atividades justamente com o objetivo de levar o ECA ao conhecimento da sociedade: o bloco surgiu por iniciativa de educadores (as) ligados (as) ao Projeto Meninos e Meninas de Rua, que pensaram em uma forma de divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente, logo após a sua aprovação em 1990. A forma pensada foi montar um Bloco de Carnaval que pudesse apresentar o Estatuto de forma lúdica para a sociedade.

O EURECA tem um importante papel no exercício da cidadania da população infantil e juvenil em situação de pobreza, na medida em que, por meio da ludicidade e das brincadeiras, pode expor à sociedade suas necessidades e denunciar as dificuldades que permeiam suas vidas.

#### NO BLOCO EURECA, CRIANÇAS E ADOLESCENTES DÃO UM SHOW DE ALEGRIA E CIDADANIA

O desfile, que conta com a adesão de entidades do ABC, São Paulo e Litoral, voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, é organizado com antecedência. O Bloco inicia suas atividades alguns meses antes do carnaval, promovendo encontros

de formação sobre um tema específico que é eleito entre os educadores, crianças e adolescentes de todas as entidades. A partir do tema escolhido, inicia-se o processo de construção do Bloco: criação de logo, texto guia para formação, adereços, composição da música, elaboração das alegorias, formação das crianças e adolescentes e os ensaios da bateria de percussão do Projeto Meninos e Meninas de Rua.

#### A CADA CARNAVAL, UM GRITO DE CLAMOR POR RESPEITO

Nos 25 anos do Bloco EURECA, foram muitos os temas levados às ruas de São Bernardo do Campo (SP), para sensibilizar a comunidade local e as autoridades sobre a problemática da infância e adolescência no Brasil. Conheça alguns dos temas apresentados pelo Bloco ao longo da sua história:

**1992 – EURECA – Comemorando a Conquista do ECA.**

**1993 – EURECA são Outros 500 (por ocasião dos 500 anos de “descoberta” das Américas).**

**1995 – EURECA – Contra a discriminação racial (por ocasião da comemoração dos 300 anos de imortalidade de Zumbi dos Palmares).**

**1999 – EURECA – Se essa rua fosse minha! (refletindo sobre a fantasia e a realidade da rua).**

**2001 – EURECA – Contra a Violência, Pense com a Consciência (refletindo e denunciando a violência infanto-juvenil e o rebaixamento da idade penal).**

**2002 – EURECA – A Educação não pode ser privada! (em defesa de uma educação pública de qualidade).**

**2006 – EURECA – Direitos Humanos – Contra o abuso e a exploração.**

**2009 – EURECA – Mídia: mostra a tua cara! A realidade não tem máscara.**

**2011 – EURECA – Estado! Se não protege, mata!**

**2013 – EURECA – Pela Verdade Antes que o Mundo Acabe.**

**2014 – EURECA – COPA do Mundo 2014 – Uma goleada de violações.**

**2015 – EURECA – Cuidar? Punir?**

**2016 – EURECA – Contra a invisibilidade que nos fere, pela visibilidade que nos fortalece.**

**2017 – EURECA - Ocupação - Ocupar para não retroceder.**

Em mais de duas décadas de existência do Bloco EURECA, o principal legado do movimento é o seu pioneirismo em debater o tema da infância e adolescência de forma lúdica, com a ampla participação de meninos e meninas, educadores e educadoras, durante todo o processo de construção do Bloco, tornando-se uma referência no Brasil. Utilizar uma linguagem acessível aos jovens, permeada por elementos lúdicos, é vital para o trabalho de conscientização desse público.

A importância se dá pelo fato de transmitir as informações aos meninos e meninas de forma que compreendam e saibam o quanto a problemática trabalhada afetará suas vidas, assim como, pensar em formas de superar as situações de violações de direitos. Hoje, o EURECA também se firma como um movimento de resistência e de denúncia de todas as formas de violação de direitos a que meninos e meninas estão sujeitos.

Em 2017, o Bloco EURECA promoveu muita diversão e reflexão, com um tema que mobilizou crianças e jovens: a ocupação nas escolas, e se apresentou no dia 19 de fevereiro, no centro de São Vicente, litoral de São Paulo e no dia 24 de fevereiro, na rua Marechal Deodoro, centro de São Bernardo do Campo. Com o compromisso de sempre abordar questões atuais que repercutem diretamente na vida das crianças e adolescentes, o tema foi “Ocupação - Ocupar para não retroceder”. O tema foi escolhido por conta da atual conjuntura nacional de retirada de direitos, que afetará diretamente a vida de crianças e adolescentes. Também evidencia a forma que os estudantes secundaristas encontraram de resistência, nos mostrando que é possível fazer luta de uma nova maneira.

---

**NÉIA BUENO** É EDUCADORA SOCIAL, COORDENADORA DO BLOCO EURECA, CONSELHEIRA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E COORDENADORA DO PROJETO MENINOS E MENINAS DE RUA. MEMBRO DO FÓRUM MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E MEMBRO DO GT NACIONAL PARA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA.





**CENÁRIO DOS SERVIÇOS  
DE ACOLHIMENTO  
NO MUNICÍPIO  
DE CAMPINAS**

POR JANE VALENTE



# N

**NO MUNICÍPIO** de Campinas, desde o ano de 2007, está em execução o Plano de Reordenamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade de crianças e adolescentes, elaborado com a participação dos profissionais dos serviços de acolhimento do município, apresentado à Vara da Infância e da Juventude, ao Conselho Tutelar e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). O processo de reordenamento iniciou suas atividades em 2008 com a criação da Coordenadoria da Proteção Social Especial de Alta Complexidade – no processo de gestão – em conjunto com a Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle da, na ocasião, Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social.

O contexto local, na época da elaboração do plano, apresentava uma rede de atendimento. Sendo que alguns dos serviços não seguiam os princípios fundamentais do ECA. Em 2006, o atendimento municipal a 504 crianças e adolescentes era realizado em nove abrigos: dois deles especializados no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, separados por sexo; dois programas de família acolhedora (o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora era denominado “Programa”), duas casas de passagem, sendo uma de apoio aos abrigos especializados e duas “repúblicas” com atendimento a adolescentes de 16 a 18 anos – o que não justificava o nome do serviço, porque essa denominação é utilizada quando os usuários têm idade superior a 18 anos.

O município possuía também um abrigo governamental que atendia 58 crianças e adolescentes de ambos os sexos (essa meta de atendimento era sempre excedida), em um espaço físico inadequado, que no passado servira como escola: os cômodos amplos, os corredores largos, a altura do teto e a distribuição tinham a configuração das antigas instituições asilares.

Com o objetivo de melhorar e ampliar o atendimento e serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, muitas ações voltadas ao reordenamento municipal passaram a ser desenvolvidas. O CMDCA destacou-se como importante parceiro,

antecipando ações com recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e atuando de forma efetiva junto ao poder público na implantação dos novos serviços. A Fundação Feac também participou dessa ação, antecipando recursos para as atividades imediatas.

No início do ano de 2013, o orçamento público obteve significativo recurso financeiro para esses serviços a partir do “Mobilização Suas”, conjunto de ações municipais desencadeadas pelos Conselhos de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais conselhos setoriais. Essa mobilização representou o compromisso de 40 milhões de reais ao orçamento da secretaria para o desenvolvimento de novas ações da assistência social e qualificação das existentes. Esse recurso pode ser bem direcionado, graças ao trabalho contínuo realizado com vistas à efetivação das ações do plano de reordenamento.

### **ALGUNS RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE REORDENAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE**

O ano de 2008 representou forte avanço no reordenamento do abrigo municipal, transformando-o primeiramente em dois serviços com 28 crianças e adolescentes em unidades residenciais. No ano posterior, uma das unidades foi encerrada, e o atendimento das crianças e adolescentes em processo de destituição e destituídos do poder familiar passou a ser realizado em casas-lares. Nessa ocasião contou-se com o importante apoio das Aldeias Infantis SOS Brasil, do CMDCA, do CMAS e da Feac. Essa parceria foi sensível à necessidade prioritária da criança e do adolescente, envidando esforços para vencer

burocracias e a composição dos recursos financeiros e técnicos. A partir de 2010, outros parceiros foram incluídos nesse trabalho, priorizando que cada abrigo pudesse planejar a implantação de casas lares para crianças e adolescentes destituídos do poder familiar, para preservação de vínculos afetivos já existentes.

Desde 2011 tem sido realizado o reordenamento gradativo no atendimento de 0 a 17 anos e 11 meses e organizado o espaço físico de unidades separadas por sexo

adolescentes, adequando ainda o atendimento para gradativamente atender crianças e jovens de 0 a 17 anos e 11 meses.

O acompanhamento dessa rede é realizado através de: monitoramento mensal online a partir de instrumentais; visitas de monitoramento em 100% dos serviços; reuniões específicas de monitoramento; reuniões com as entidades cofinanciadas; além de contatos telefônicos e troca de e-mails para orientações, controle de metas e efetivação de interfaces com a Coordenadoria de Prestação de Contas, para acompanhamento de planos de aplicação de recursos e prestação de contas das entidades.

“GT Maternidades”. A partir deste trabalho, em 2014, foi elaborada uma série de estratégias interseccionais com alteração de procedimentos, fluxos e criação de espaços (abrigos) especiais para prevenir o acolhimento de recém-nascidos em serviços, impedindo desta forma o rompimento de vínculos familiares. Neste projeto foram incluídas as gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

## **“O PLANO DE REORDENAMENTO EM OPERACIONALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO, SEMPRE TEVE POR PRINCÍPIO, ALÉM DAS AÇÕES DIRETAS, O ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS E O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE”**

para o atendimento em unidades de até 20 crianças e adolescentes de ambos os sexos, priorizando os grupos de irmãos. Na outra unidade (que atendia em regime afastado de áreas residenciais, com escola e formação profissional no local), foi planejado o início da implantação de casas-lares na comunidade, para a transferência gradativa de grupos de irmãos e adequação do número de atendimentos. Em 2013 foi feita a reorganização das duas “repúblicas” agora denominadas casas-lares. Implantou-se três casas-lares na comunidade. Total de atendimento: 110 crianças e

A implantação de casas-lares no município de Campinas ocorreu no contexto do processo de reordenamento. Elas estão direcionadas, preferencialmente, a atender grupos de irmãos destituídos ou em processo de destituição do poder familiar, de forma a proporcionar-lhes vínculos de maior estabilidade com o educador/cuidador residente.

### **REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE REORDENAMENTO DA REDE LOCAL DE ATENDIMENTO: A SITUAÇÃO DO ACOLHIMENTO DE BEBÊS NO MUNICÍPIO**

Em 2013, com o objetivo de estudar a motivação do crescente número de acolhimento socioassistencial de recém-nascidos diretamente das maternidades, foi criado um grupo de trabalho denominado

Para a realização do projeto foi realizada a qualificação na metodologia de acolhimento de adolescentes grávidas e/ou com filhos na modalidade de Casa Lar, com capacidade para 10 pessoas, entre adolescentes e seus filhos. Também foi criado o Abrigo para Mulheres adultas com filhos, e, em 2015, foi criado o Abrigo Casa da Gestante sob a gestão da Saúde.

Neste aspecto, torna-se importante considerar que o olhar mais amplo na política pública municipal, como por exemplo, o investimento realizado no atendimento à política para mulheres em situação de rua, repercutiu na prevenção no acolhimento de bebês.

Como resultado, houve uma queda no número de recém-nascidos acolhidos diretamente das maternidades:

Queda no número de acolhimento dos recém-nascidos diretamente das maternidades em entidades socioassistenciais após a implementação do projeto		
2014	2015	2016
18	18	6

### CONCLUSÃO

A ponta de uma política está intimamente ligada à ponta da outra política: cuidar de mulheres em situação de rua implica cuidar do não rompimento de vínculos familiares da mãe-bebê, bem como cuidar da saúde e desenvolvimento da criança, uma vez que às mães é possibilitado a abstinência de substâncias psicoativas. No cotidiano dos serviços de acolhimento é comum receber crianças com sequelas de saúde, pela convivência com a droga durante a gestação. Se os problemas são sistêmicos, também é a atenção especial nos processos de gestão da política pública direcionada às famílias. Políticas preventivas impactam diretamente em situações de alta complexidade.

De uma forma mais geral, pode-se observar o resultado (ainda em andamento) de um processo de reordenamento planejado: a ampliação do investimento financeiro, a implantação de novas unidades de acolhimento atendendo às Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento e ao Estatuto da Criança e do Adolescente; atendimento qualificado nos serviços e redução no número de crianças acolhidas, garantindo

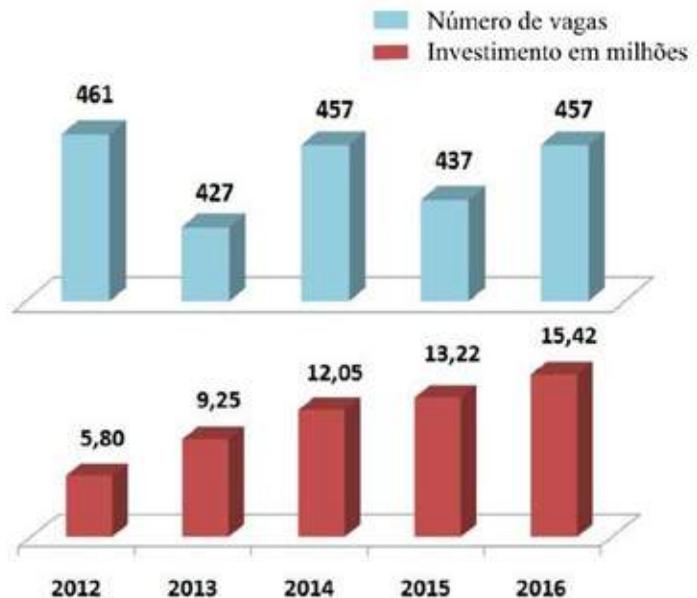
a convivência familiar e comunitária. Atendendo também as Diretrizes das Nações Unidas para crianças afastadas dos cuidados parentais, preferencialmente, crianças de 0 a 3 anos, quando necessário, têm sido acolhidas em famílias acolhedoras.

O plano de reordenamento em operacionalização no município sempre teve por princípio, além das ações diretas, o estabelecimento de parcerias institucionais e o envolvimento da sociedade, pois é evidente que o impacto do abandono ou do afastamento do convívio familiar pode ser minimizado se as condições de atendimento no serviço de acolhimento propiciarem experiências reparadoras à criança e ao adolescente

e forem trabalhadas no sentido da retomada do convívio familiar. Para tanto, as ações institucionais investem na corresponsabilidade com as demais políticas sociais públicas de forma preventiva.

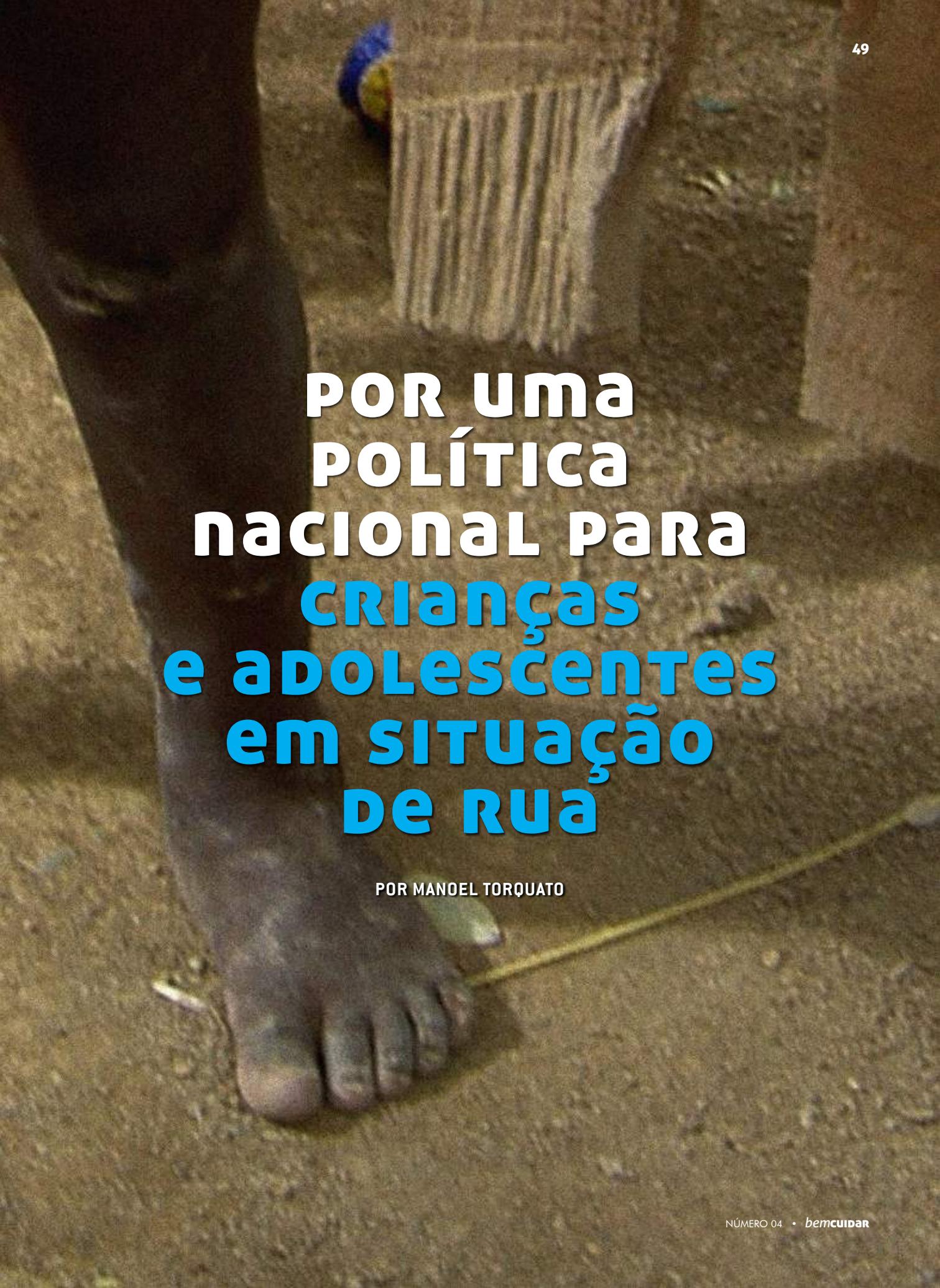
**JANE APARECIDA GIORGETTI VALENTE** É ASSISTENTE SOCIAL, MESTRE E DOUTORA EM SERVIÇO SOCIAL PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR DA PREFEITURA DE CAMPINAS/SP DESDE 2013.

### INVESTIMENTOS FINANCEIROS APLICADOS NA GESTÃO (2013 A 2016) COM VALORES EM MILHÕES E COM NÚMERO DE VAGAS:



Reordenamento planejado, com a ampliação do investimento financeiro e a implantação de unidades de acolhimento de acordo com as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento e ao Estatuto da Criança e do Adolescente.





**POR uma  
POLÍTICA  
nacional para  
CRIANÇAS  
e ADOLESCENTES  
em SITUAÇÃO  
DE RUA**

POR MANOEL TORQUATO



**CRIANÇAS** e adolescentes que vivem em situação de rua sofrem com a vulnerabilidade que essa condição gera. Violência, fome, abandono são apenas algumas das facetas dos jovens que convivem com essa triste realidade. A definição de crianças e adolescentes em situação de rua já é difícil, por si só, na medida em que, ao longo da história há poucos dados e estudos que ajudem a nortear tal conceito.

Desde 2005 têm-se discutido a necessidade de se definir adequadamente o que seria a situação de rua e quais crianças e adolescentes se enquadrariam nessa condição. De acordo com levantamentos feitos, entre 1998 e 2008 foram encontradas 26 pesquisas para esse tema, cada uma diferente da outra. Fizemos uma forte incidência política desde 2012 junto ao governo federal para que fosse definido um conceito oficial válido em todo Brasil. Esse conceito deve ser lançado pelo CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) ainda este ano, e será importante para ajudar a compor um diagnóstico de quantidade e perfil desse público, a fim de podermos formular políticas públicas mais focadas nesse perfil. O conceito que está em discussão no CONANDA considera a heterogeneidade, a condição de pobreza, a permanência e a transitoriedade na rua, a identidade de gênero e, sobretudo, classifica várias situações de rua, como a violência sexual, o uso de álcool e outras drogas, o trabalho infantil, a ameaça de morte, entre outros.

Com a falta de estudos e dados conclusivos voltados às crianças e adolescentes que vivem em situação de rua, pouco se sabe sobre as mesmas, contudo, percebe-se uma significativa mudança no perfil dessa população nas últimas décadas, que tem migrado dos grandes para os pequenos centros no entorno de suas próprias comunidades

na periferia. Também aumentou a quantidade de crianças e adolescentes em situação de rua acompanhados de suas famílias. Porém, alguns traços presentes na população infantil e juvenil em situação de rua prevalecem: a maioria é do sexo masculino, adolescentes, negros e em condições de pobreza; estão fora da escola e são filhos de homens e mulheres que vivem do trabalho precarizado ou estão desempregados.

Sobre as origens desse problema, a concentração de renda parece ser uma das grandes responsáveis, gerando desigualdades e impedindo o acesso aos bens sociais: desprovidos de educação, saúde, alimentação, saneamento e moradia em condições dignas, estes meninos e meninas se aventuram nas ruas em busca de sobrevivência. Vale ressaltar que houve uma diminuição das desigualdades que afetam a população, mas muitas crianças e jovens ficaram às margens das políticas que melhoraram o quadro social, e estão mais vulneráveis às políticas atuais que podem vir a restringir os direitos sociais e econômicos da sociedade. Temos defendido a necessidade de políticas específicas para este público, menos burocráticas e mais flexíveis, que valorizem os educadores sociais de rua, que diminuam as distâncias entre a rua e a casa, entre a rua e as políticas de saúde, de educação e de habitação, que se inspire em Paulo Freire e, sobretudo, que não sejam higienistas nem imediatistas.

Até hoje não esqueço quando, em meados do ano 2001, a caminho da Universidade, passei por um terreno abandonado e vi crianças disputando comida com cachorros e outros animais. Muitas pessoas andavam por ali indiferentes àquela situação. Fiquei bastante sensibilizado. A partir daí comecei um projeto com as crianças daquele entorno, e hoje participo como coordenador de Projetos e de Desenvolvimento Institucional, e representante da ONG O Pequeno Nazareno, cujo trabalho tem procurado dar um bom exemplo de ação efetiva na busca de uma melhor qualidade de vida. A ONG, criada em 1993, é voltada para atender crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias, e seu trabalho começa na rua, com educadores sociais que vão ao encontro das crianças para conhecê-las

e convidá-las a fazer parte do Projeto, que conta com casas de acolhimento, pontos de cultura, programa de TV, projetos de profissionalização, núcleos de atendimento familiar e uma forte atividade de advocacy em todo Brasil.

É importante destacar que, se faz necessário colocar a criança e adolescente em situação de rua na agenda política. Damos um passo importante ao conseguir pautar o assunto no CONANDA. Isso gerou abertura de alguns Ministérios e estamos avançando nesse diálogo. Mas, no geral, ainda há muita invisibilidade nos estados e municípios. Nesta perspectiva, precisamos de uma pesquisa nacional para gerar um diagnóstico, e isso também tem a ver com visibilidade. Paralelamente, temos que criar políticas públicas específicas. Estou falando de acolhimento institucional, de trabalho de educação social de rua, de inclusão produtiva, de serviços em meio aberto e de inclusão social das famílias. Deve sair ainda este ano uma resolução conjunta do CONANDA/CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) sobre essas propostas. Espero que seja um início.

**MANOEL TORQUATO** É COORDENADOR DA ONG O PEQUENO NAZARENO, EM FORTALEZA. COORDENA UMA REDE NACIONAL DE 600 ORGANIZAÇÕES QUE TRABALHAM COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA CHAMADA CAMPANHA NACIONAL CRIANÇA NÃO É DE RUA. TAMBÉM COORDENA UMA REDE DE ARTICULAÇÃO NA AMÉRICA LATINA CHAMADA RED INTERNACIONAL POR LA DEFENSA DA INFÂNCIA Y ADOLESCÊNCIA EN CONDICION DE CALLE – RIDIACC. É CONSELHEIRO DO CONANDA. MESTRE EM GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV) E FILÓSOFO PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE).

## “É IMPORTANTE DESTACAR QUE, SE FAZ NECESSÁRIO COLOCAR A CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA NA AGENDA POLÍTICA”

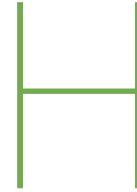


# e NO BRASIL? EXISTE a CULTURA DE DOAÇÃO?

POR KÁTIA GAMA E YEDA MARIANA

**AS PERGUNTAS NÃO PARAM AÍ. CONVIDAMOS VOCÊ A RESPONDER MAIS ALGUMAS PARA QUE POSSAMOS JUNTOS, NESSA LEITURA, REFLETIR SOBRE ESSE TEMA:**

- **QUANTAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL VOCÊ CONHECE?**
- **VOCÊ SE LEMBROU DE MAIS DE DEZ ORGANIZAÇÕES SOCIAIS?**
- **QUANTAS DOAÇÕES EM DINHEIRO VOCÊ FEZ EM 2016?**
- **QUAL VALOR TOTAL VOCÊ DOOU?**
- **VOCÊ ACOMPANHA O TRABALHO DAS ORGANIZAÇÕES PARA QUEM FEZ DOAÇÕES EM DINHEIRO?**
- **QUANTAS ROUPAS E SAPATOS VOCÊ DOOU EM 2016?**
- **QUANTAS VEZES VOCÊ DOOU ALIMENTOS?**
- **VOCÊ NO ANO DE 2016 DOOU MAIS DINHEIRO OU ROUPAS E ALIMENTOS?**



**HOJE VIVEMOS** um momento de crise política e consequentemente de crise econômica. Passamos constantemente por momentos de tensão em nossas casas com o medo do desemprego e da instabilidade financeira. O que nos leva a uma instabilidade emocional, afinal com tantos altos e baixos é complicado viver plenamente.

Mas nenhum desses fatores faz com que o brasileiro deixe de ajudar ao próximo. A Pesquisa Doação Brasil realizada pelo IDIS (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social) mostra que 77% da população fez algum tipo de doação ao longo de 2015, o que revela o hábito de doar como parte da vida do brasileiro.

Então, a resposta imediata do nosso título E no Brasil? Existe a Cultura de Doação? seria SIM. Porém, vale ressaltar aqui sobre a qualidade dessa cultura de doação.

A filantropia teve início no Brasil por volta do século XVIII por meio das Igrejas. Somos uma população, em sua maioria, católica, que se importa com o próximo e que tem uma ligação profunda com a palavra caridade, fomos criados com a tradição do dízimo e de doação de roupas e alimentos. E foi assim que os trabalhos sociais se desenvolveram no Brasil.

Em 2010, haviam 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Dados da Fasfil) no Brasil, voltadas, predominantemente, à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%).

As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%). Hoje, com certeza, já passamos de 350 mil.

Esse é um número considerável!

Mas, por que mesmo com todas essas organizações não temos uma Cultura de Doação com qualidade? Como podemos mudar a realidade brasileira por meio do trabalho conjunto de pessoas, empresas e organizações sociais?

Por que precisamos da Cultura de Doação? É bem simples, veja neste exemplo: para que tenhamos uma casa, iluminação, água, gás, alimentação, roupas, móveis, ou seja, uma estrutura básica para sobreviver, é preciso mensalmente uma quantia de dinheiro em nossas contas bancárias, certo?

Dessa mesma forma funciona para as organizações sociais. Elas precisam de recursos mensais para manter suas necessidades básicas de estrutura e para desenvolver seus projetos junto com as comunidades que mais necessitam.

Mas como elas conseguem isso? Através de doações regulares vindas de pessoas ou empresas de grande ou pequeno porte. Isso faz com que essas organizações, que estão mudando a nossa sociedade, possam fazer esse trabalho.

No entanto, alguns fatores limitam essas doações regulares. Levantamos aqui alguns pontos:

- O Brasil oferece poucos benefícios fiscais para atividades sociais. As principais áreas que recebem incentivos fiscais são a cultura e o esporte. E mesmo assim as empresas são mais beneficiadas do que os indivíduos.

- Damos mais atenção para causas emergenciais, como catástrofes naturais, do que as de estruturação e modificação social de longo prazo.

- Não sabemos pedir. Estamos com o pensamento do século XVIII enraizados em nossa memória. A profissionalização da captação de recursos no Brasil é muito recente. A ABCR – Associação Brasileira de Captadores de Recursos foi criada apenas em 1999. Poucas são as organizações nacionais ou internacionais que atuam no Brasil há mais de 20 anos. O mercado de profissionais de captação precisa se desenvolver para aí sim construirmos uma Cultura de Doação de qualidade.

- Como não sabemos pedir também não sabemos responder aos pedidos. Não entendemos qual a importância de trabalhos estruturados e de longo prazo. Temos traumas enormes em nossas memórias por causa do histórico de corrupção no Brasil.

- Precisamos nos comunicar melhor. A população inteira precisa nos conhecer. Saber quais as nossas “intenções”. A doação é como um casamento, primeiro fazemos com que o doador se apaixone por nossa causa, depois temos que manter a chama da paixão acesa. Ele precisa se apaixonar constantemente para que dessa forma consigamos ter uma ação de longo prazo realmente modificadora.

- E como mantemos a paixão acesa? Comunicação! Precisamos ter transparência. As pessoas precisam saber o que as organizações sociais estão realizando e como efetivamente mudamos vidas. Só assim manteremos esses doadores.

- É preciso ter as redes sociais como aliadas na captação de recursos das organizações. A internet já se consolidou como um canal de comunicação para conectar marcas a milhares de pessoas e é um poderoso meio para dar vazão a uma mensagem. As organizações da sociedade civil devem se apropriar cada vez mais das ferramentas que a rede oferece para espalhar suas causas, criar consciência e relevância sobre as suas atividades, interagir com seus doadores, além de aproveitar a oportunidade para chegar a novos potenciais apoiadores.

Hoje agradecemos profundamente pelo povo brasileiro ser caridoso e pensar no outro.

Mas agora precisamos dar um passo mais ousado. Precisamos que os brasileiros vejam que, juntos, organizações da sociedade civil e doadores, de forma estruturada e regular, podemos mudar o Brasil.

---

KÁTIA GAMA É GESTORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS DA ACTIONAID NO BRASIL E YEDA MARIANA É ASSESSORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS DA ACTIONAID NO BRASIL.

# UMA HISTÓRIA DE SUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

POR CRISTINA DE OLIVEIRA E LOURDES GUIMARÃES

# N

**NASCIDO** na cidade de Juazeiro do Norte, no Ceará, Léo Duarte, fotógrafo, educador social e conselheiro tutelar, tem longa experiência com meninos e meninas que sofrem com injustiças sociais e com violação constante de seus direitos. Aliás, a sua vida é marcada por uma trajetória de superação. Trabalhando desde cedo (aos sete anos já vendia caju e sorvete para os romeiros), Léo aprendeu a ler e escrever fora da escola: “Aos 12 anos minha mãe veio para São Paulo. Chegando aqui eu tive que trabalhar de camelô, vendendo balas em ônibus. Foi quando fiquei um período da minha vida em situação de rua com outros garotos”. Tendo seus estudos interrompidos várias vezes, Léo conseguiu completar o ensino fundamental e o médio por meio de provas eliminatórias, como o ENCCEJA

(Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos).

Ainda em situação de rua foi atendido pelo Projeto Meninos e Meninas de Rua, onde se destacou na liderança junto aos meninos, indo representá-los em congressos e outros eventos, o que despertou nele o desejo de contribuir para evitar que outros passassem pelas condições às quais foi submetido. Começando sua carreira profissional como fotógrafo (já aos 17 anos), Léo direcionou o seu trabalho para meninos e meninas de rua, atuando inicialmente como animador de base e educador social: “Trabalhei na Fundação Criança como oficinairo e fotógrafo da instituição. Em 2011 fui eleito em primeiro lugar para exercer a função no Conselho Tutelar (CT) em São Bernardo do Campo - SP. Em 2015 fui eleito para a segunda gestão”.

O papel do conselheiro tutelar, de acordo com Léo, reside na proteção dos direitos da criança e do adolescente, independente de cometerem algum ato infracional, atendendo-os, bem como às suas famílias, encaminhando-os aos serviços que necessitem (segurança, saúde, etc.). O CT deve ser acionado através do disque 100, ou procurando-se o conselho mais próximo de onde mora a criança. Infelizmente, Léo revela que o conselheiro tutelar

tem sido acionado de forma equivocada, como, por exemplo, para dar susto na criança ou no adolescente. Essa pouca compreensão em relação ao trabalho do CT acaba se estendendo para instituições como escolas: “Muitas vezes a escola encaminha uma criança ao CT acreditando que haverá algum tipo de punição. Pelo contrário, nós atendemos a família e encaminhamos para o serviço que possa resolver ou minimizar aquela situação. Contudo, já avançamos na conscientização sobre o teor do nosso trabalho, realizando conversas com as escolas para explicar o que de fato é o CT e quando ele deve ser acionado”, ressalta.

## PARA SER UM CONSELHEIRO TUTELAR

Há algumas regras para se tornar um conselheiro tutelar, mas o próprio município pode estabelecer critérios locais. Léo destaca alguns requisitos: é preciso ser maior de 21 anos e ter no mínimo ensino médio completo; possuir idoneidade moral, ou seja, nunca ter sido condenado por nenhum crime e passar por uma

prova de conhecimentos na área da criança e do adolescente. Também é preciso comprovar por meio de documentos, pelo menos dois anos de atuação com esse público. “Após cumprir esses critérios, o candidato é submetido a um processo eleitoral direto e facultativo. Se estiver entre os cinco mais votados, ganhará o direito de cumprir o mandato por quatro anos na condição de conselheiro tutelar, podendo pleitear uma recondução, ou seja, concorrer novamente. Se eleito, pode atuar por mais quatro anos, e depois é necessário aguardar quatro anos fora do CT para tentar novamente”, explica.

### PROTEGENDO O DIREITO DOS JOVENS

Dentre as principais dificuldades que o CT enfrenta na realização do seu trabalho, está a falta de atendimento adequado para a garantia dos direitos básicos das crianças e dos adolescentes. Para Léo, houve um avanço significativo dos anos 90 para cá, mas os direitos desse público ainda são bastante desrespeitados pela sociedade e suas instituições. “Se formos observar, os meninos e meninas que têm um histórico de violência ou que cometeram algum ato infracional tiveram seus direitos

básicos violados, mesmo antes de nascer, quando a mãe não teve um atendimento pré-natal adequado. Uma das principais dificuldades que percebo nesse trabalho é a falta de uma política pública adequada que possa atender aos anseios e necessidades desses garotos, garotas e de seus familiares”, reforça.

Segundo Léo, o Conselho Tutelar atua com o objetivo de proteger os direitos desses meninos e meninas. Nesse sentido, visando um atendimento pleno e a busca pela proteção integral de crianças e adolescentes, Léo manda um recado para os conselheiros tutelares: “Não se esqueçam da importância de fiscalizar as unidades de internação de meninos e meninas que cumprem medidas socioeducativas em meio fechado. Infelizmente, há conselheiros tutelares que não acreditam que essa tarefa faça parte das suas funções. Porém, no artigo 136 consta que: cabe ao conselheiro tutelar fiscalizar as unidades de atendimento, e as unidades de privação de liberdade também são unidades de atendimento. Então, cabe sim aos conselheiros tutelares verificarem se esses jovens estão sendo torturados e se estão tendo um atendimento adequado, conforme preconiza o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo)”.



Aline Rossi/Divulgação

**LÉO DUARTE:**  
**UMA TRAJETÓRIA**  
**ATUANTE NA PROTEÇÃO**  
**DE CRIANÇAS E JOVENS.**  
[WWW.GARANTIADEDIREITOS.COM.BR](http://WWW.GARANTIADEDIREITOS.COM.BR)

**CRISTINA DE OLIVEIRA** É JORNALISTA, PROFESSORA E DRAMATURGA E **LOURDES GUIMARÃES** É JORNALISTA, PROFESSORA E PRODUTORA.



# **SOLIDARIEDADE** **CONTAGIA**

**CINCO JOVENS DE CLASSE MÉDIA,  
UM PROFESSOR ENGAJADO E UM  
TRABALHO ESCOLAR. ASSIM SURTIU UM  
MOVIMENTO QUE REÚNE VOLUNTÁRIOS  
E EMPRESAS PARA APOIAR CRIANÇAS  
E ADOLESCENTES ACOLHIDOS  
NA ALDEIAS INFANTIS SOS DE LORENA,  
NO INTERIOR DE SÃO PAULO**

**POR LARISSA OCAMPOS**

**TUDO COMEÇOU** com a ideia de Rodolfo Meissner, 29 anos, professor de redação, para um trabalho escolar. A ideia era simples: atrelar o estudo de elementos verbais e não verbais à preocupação social por meio da produção de ‘campanhas do bem’.

“Os alunos tinham que se organizar em grupos e montar propagandas para divulgar um projeto social durante um mês, convidando as pessoas a participarem e deixarem um legado positivo para a cidade”, conta.

### O PROJETO

Com a tarefa em mãos, os jovens Ana Clara Mansor, Bruno dos Santos, Gabriela Nascimento, Luiz Otávio Dorini e Yane Fernanda, todos com 15 anos, decidiram lançar a campanha Solidariedade Contagia, divulgada por meio de uma página no Facebook, com o objetivo de apoiar a Aldeias Infantis SOS de Lorena.

“Pensamos em fazer algo que mobilizasse os jovens da cidade a ajudarem as crianças acolhidas, com tarefas da escola, redação, e também com o lazer”, lembra Bruno. “O diferencial do nosso projeto era fazer visitas frequentes, para que os voluntários se tornassem pessoas presentes na vida das crianças”, completa Gabriela.

Em pouquíssimo tempo, o Solidariedade Contagia ganhou apoio do professor, dos colegas de sala de aula, da direção escolar e também de pessoas e empresas da cidade. Além da ajuda de voluntários nas atividades com as crianças, o grupo conseguiu arrecadar doações e fechar patrocínios para a organização.

Isso fez com que os jovens decidissem manter estas atividades mesmo depois do fim do projeto escolar. “Escolhemos continuar porque percebemos que gostamos muito de ajudar outras pessoas. Para nós, é importante ter esse contato com as crianças, apoiá-las e dar carinho e atenção a elas”, explica Ana Clara.

### TODO MUNDO GANHA

Com a campanha, o grupo percebeu que quando o assunto é voluntariado, todo mundo sai ganhando. Para o Bruno, esse trabalho significou uma melhora em sua própria vida: “com ele, a gente deixa de ser egoísta, aprende sobre bondade e vê como é importante passar conhecimento adiante. Eu nunca tinha pensado em fazer trabalho voluntário, mas agora que comecei, não quero parar”.

A Yane acredita que o engajamento social é uma boa ferramenta para melhorar a sociedade: “como eu estudo em uma escola boa e tenho muitas oportunidades, sinto que doar o meu tempo é muito importante, pois posso ensinar o que sei a quem não tem as mesmas oportunidades que eu”.

E Gabriela ressalta a troca com as crianças: “nós podemos ajudar nas atividades da escola, organizar uma festa e arrecadar brinquedos para eles. Mas o que recebemos em troca, o carinho, o afeto e a felicidade deles, é inesquecível”.

### A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA SOCIAL

Segundo o professor, ver os resultados positivos da campanha e, principalmente, a preocupação social dos adolescentes, é gratificante. Mostra que o projeto atingiu seu objetivo, de conectar os alunos à comunidade, dando voz a eles para que protagonizem atividades que transformem vidas.

“A escola não pode ter seus objetivos alinhados somente ao conteúdo. Ela precisa apoiar também a formação social dos alunos, mostrar a eles a importância das relações sociais e da alteridade. Precisamos sim prepará-los

do ponto de vista técnico. Mas não podemos, jamais, nos esquecer da formação ética dos alunos”.

E adiciona: “eu me sinto realizado em ver esse projeto continuando. Assim como o aluno assume o protagonismo fora da escola, ele tem vontade de ir para a aula e fazer as atividades. Como professor, é legal ver uma ideia que você propôs ganhando vida, ver que eles estão fazendo de boa vontade, aprendendo não só conteúdo, mas também como seres humanos”.

E como lembra Ana Clara, tem muitas organizações, projetos e pessoas precisando de ajuda. “Sempre existe um projeto social precisando de voluntários. Quem quiser ajudar, mas não sabe como, pode procurar na internet, fazer uma visita, se informar... E fazer o bem por mais pessoas. Porque, como a gente já sabe, a solidariedade contagia”.

**LARISSA OCAMPOS** É JORNALISTA  
E COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO  
DA ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL.





# campanha #DêUmBasta

**NO BRASIL, A CADA 12 MINUTOS, UMA CRIANÇA SOFRE VIOLÊNCIA DENTRO DA PRÓPRIA CASA. CASTIGOS FÍSICOS SEVEROS, VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA, ABUSOS DE TODAS AS FORMAS, NEGLIGÊNCIA. NÃO SÃO POUCAS AS FORMAS QUE A INFÂNCIA SE VÊ DESPROTEGIDA NO LUGAR ONDE MAIS PRECISA DE PROTEÇÃO E CUIDADO: SEU LAR.**

POR RODRIGO ZAVALA

# P

**PARA COLOCAR** o tema na agenda pública e combater a violência familiar, a organização humanitária internacional Aldeias Infantis SOS Brasil realizou no último semestre de 2016 a campanha “DêUmBasta”. Uma iniciativa continental, que reuniu 16 países da América Latina para lutar contra essa situação dramática.

Com base em dados coletados pela organização nos países participantes da campanha, a cada ano, cerca de 6 milhões de crianças sofrem abusos severos e mais de 80.000 morrem devido à violência que ocorre dentro de seus lares.

### UM CICLO PERMANENTE

A violência que ocorre dentro de casa não deixa apenas “cicatrizes”, sejam elas físicas ou emocionais. A violência compromete a saúde, autoestima, aprendizado e vida social das crianças e, pior, se torna um ciclo, pois tem o potencial de torná-las adultos violentos.

Embora sejam alarmantes, os dados sobre a violência contra crianças e adolescentes no Brasil, dentro ou fora de casa, são apenas uma fração da realidade. Eles traduzem apenas denúncias feitas, em 2015, ao Disque 100, serviço disponibilizado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos para que qualquer cidadão possa denunciar uma violação aos direitos de crianças e adolescentes.

Não estão registrados no Disque 100 as evidências cotidianas apresentadas em hospitais, delegacias, conselhos tutelares, escolas e centros sociais.

Isso porque não há qualquer banco de dado público que concentre esses números.

“Enfrentamos um grave silêncio em relação à violência direcionada a crianças no país, pois há muita omissão. Acabar com a violência pelas quais as crianças sofrem dentro de suas casas é combater o principal motivo que as separa de seus responsáveis”, afirma Sandra Greco, Gestora Nacional da Aldeias Infantis SOS Brasil.

### POLÍTICAS PÚBLICAS

A falta de diagnóstico real do que ocorre inviabiliza a construção e implementação de políticas públicas efetivas para combater a prática. Afinal, como lutar contra algo que é desconhecido?

Em seu trabalho de incidência política pelo Brasil, a Aldeias Infantis SOS quer dar luz a essa problemática articulando redes, movimentos e instâncias públicas para obterem levantamentos realistas e usá-los na implementação de planos local, regional e federal.

### 10 MIL VOZES

Durante os quase dois meses em que a campanha foi realizada no Brasil, mais de 10 mil pessoas assinaram uma petição para exigir do governo federal, em especial da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, um diagnóstico preciso sobre o problema, cruzando dados encontrados não apenas nas denúncias do Disque 100, mas também em conselhos tutelares, escolas, delegacias, hospitais e centros sociais.

“O sucesso em alcançar a nossa meta de 10 mil assinaturas mostra a importância do debate público sobre este problema que ainda permanece, aparentemente, invisível no país”, afirma a gestora nacional.

RODRIGO ZAVALA É JORNALISTA E GERENTE DE COMUNICAÇÃO DA ALDEIAS INFANTIS SOS BRIL.



**QUANDO A  
VIOLÊNCIA  
FAMILIAR  
APARECE,  
A INFÂNCIA  
DESAPARECE**

COMPARTILHE A CAMPANHA EM SUAS  
REDES SOCIAIS COM #DeUmBasta

# Assistência Social PAULUS



O Assessoramento ajuda a qualificar Projetos, Programas e Serviços.  
Gera um novo agir.

A PAULUS participa da implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, por meio do assessoramento técnico às entidades socioassistenciais em todo o Brasil.



paulus.org.br

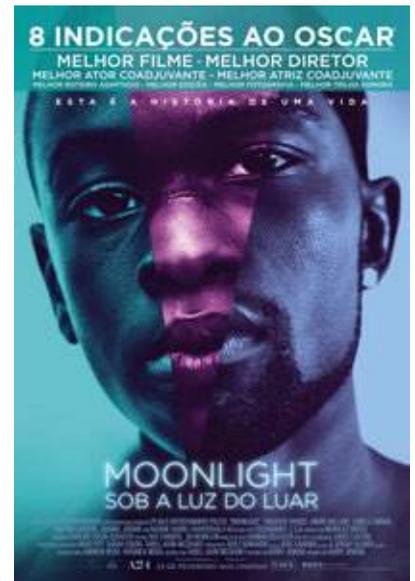
nucleosocial@fapcom.edu.br

## CINEMA

### MOONLIGHT – SOB A LUZ DO LUAR

Escolhido como “melhor filme” do Oscar 2017, ganhador de mais duas estatuetas (melhor roteiro adaptado e melhor ator coadjuvante) e com um título quase idílico, *Moonlight: sob a luz do luar*, do diretor americano Barry Jenkins apresenta um drama ultrarrealista sobre a infância e os tortuosos caminhos à maturidade de Chiron, um jovem negro e pobre de Miami (EUA). Ao retratar três períodos de sua adolescência, o tímido protagonista enfrenta a negligência de uma mãe viciada em crack e a influência de um traficante, Juan, que o mantém afastado do bullying de outros adolescentes e dos abusos de sua mãe.

O caminho de Chiron já está traçado ou poderá transformar seu futuro? Quais perspectivas ele pode ter em um ambiente degradado? O filme tem todos os ingredientes para ser um melodrama repleto de estereótipos, mas Jenkins constrói uma trama tão bem costurada que rompe as expectativas que ele mesmo cria no espectador. Em cartaz nos cinemas brasileiros.



David Bonfriend/Divulgação

## DOCUMENTÁRIO

### TRABALHO INFANTIL



Divulgação Fundação Telefônica Vivo

Idealizado pela Fundação Telefônica Vivo, o documentário *Catavento – Tudo ao seu Tempo*, sobre a exploração infantil em suas diferentes formas, é dividido em sete episódios. Cada um deles tem uma abordagem distinta sobre o tema, e trazem à tona a necessidade de se continuar buscando formas efetivas de eliminar o trabalho da vida desses meninos e meninas. Todos estão disponíveis na página da Fundação no Youtube.

## LIVRO BRINCAR

‘Brinquedos do Chão: a natureza, o imaginário e o brincar’ é o primeiro livro de uma série de quatro do educador e artista plástico Gandhi Piorski. Ele estuda o brincar e o brinquedo há mais de 20 anos e, em suas andanças pelo Brasil, se deparou com a intimidade e o manejo que as crianças brasileiras têm com os elementos da natureza. Assim, deu início a um estudo profundo sobre o brincar e os 4 elementos: terra, fogo, ar e água



Foto: Divulgação

## INTERNET NÓS NO MUNDO

O site nós no mundo é uma referência virtual interativa para jovens que vivem ou viveram acolhidos em abrigos. A proposta do site é apoiá-los na construção de projetos de vida e favorecê-los no desenvolvimento de autonomia, focando 5 eixos: trabalho, moradia, uso consciente do dinheiro, cidadania e identidade. O site traz ainda informações, atividades e um espaço para o jovem entrar em contato e dialogar com um técnico do Instituto Fazendo História, que tira dúvidas e faz indicações que podem ajudar naquele momento ([www.nosnomundo.org.br](http://www.nosnomundo.org.br)).



Isabella Campos/Divulgação

# quais são as NOSSAS PRIORIDADES?

POR ROBERTO CONRADO

**EU CRESCI** em um bairro da periferia de São Paulo. Morava com os meus pais em uma casa pequena. Naquele tempo, todas as crianças daquela rua, que era de terra, e das ruas vizinhas, se conheciam e brincavam juntas. Depois que chegávamos da escola ficávamos na rua jogando bola, queimada, e bandeira, entre outras brincadeiras saudáveis. No final do dia, cansados, nos reuníamos embaixo de uma árvore para conversarmos sobre as peripécias do dia e inúmeros outros assuntos.

Nessas ocasiões, algumas mães ou avós procuravam participar desses encontros das crianças, talvez para saberem sobre o que falávamos. E em uma dessas agradáveis tardes, eu, dois amigos e duas amigas, a mãe e a avó de uma delas brincávamos de empilhar pedras quando o avô de uma das crianças do grupo, muito respeitado nas imediações pela sabedoria e bondade que sempre demonstrava para todos da região, se aproximou e começou a conversar com as crianças e adultos que lá estavam.

Inspirado naquelas pedras empilhadas, disse com uma voz muito suave que gostaria que participássemos de um pequeno teste que nós nunca iríamos esquecer. Ficamos intrigados, claro. Ele saiu e voltou logo trazendo um pote de vidro e dois pequenos baldes, com a ajuda do neto. Sentou-se ao nosso lado e começou a demonstração diante de nossos olhares curiosos.

Encheu o pote de vidro até a borda com as pedras grandes que estávamos empilhando e perguntou: vocês acham que o pote está cheio? Dissemos que sim. Ele sorriu e disse: vocês têm certeza? Nós nos entreolhamos e ficamos em dúvida. Então, puxando um dos baldes, repleto de areia e pequenas pedras, ele foi derramando e preenchendo os espaços deixados entre as pedras grandes.

Quando terminou perguntou novamente com um sorriso: E agora, o pote está cheio? Desta vez, quase todo o tímido público ali presente ficou calado, mas, uma das crianças mais afoita respondeu em voz baixa: acho que não. E o avô confirmou: você está certo. O pote ainda não está cheio. Em seguida puxou o outro balde, que continha água e despejou novamente no pote, até preenchê-lo completamente.

Quando terminou, olhou para nós e afirmou sorrindo novamente com simpatia: agora o pote está cheio de verdade. Vocês sabem responder qual a lição que aprendemos com esse pequeno teste? Uma das crianças levantou a mão e arriscou um palpite: aprendemos que, não importa quanto um pote parece cheio, se tentarmos, sempre poderemos encaixar mais alguma coisa. Ficamos em silêncio fitando o avô que respondeu: Não é bem assim meu pequeno amigo. Na verdade este teste nos ensina que, se você não colocar as pedras grandes, que simbolizam as coisas mais importantes para você em primeiro lugar, você não vai conseguir colocá-las depois, em qualquer momento, porque o pote que representa o nosso tempo, ou a nossa vida, já estaria preenchido com outras coisas menores e menos importantes.

E quais seriam as pedras grandes ou as coisas mais importantes em nossas vidas? Claro que temos que refletir e que depende do momento de cada um, mas hoje, para vocês, pode ser o lar, a escola, a lição de casa, seus pais ou seus amigos. No caso dos pais ou responsáveis, seria o cuidado com os filhos, com as crianças e jovens, seus sonhos, a saúde, o trabalho ou o lazer. Quando essas escolhas dependem de nós, somos os únicos responsáveis por elas. Portanto, lembrem-se sempre de colocar as pedras grandes, ou, as coisas mais importantes para vocês, como prioridade, porque, se deixarem para incluí-las depois, pode ser que no futuro não haja mais lugar para elas em suas vidas. Pensem nisso.

---

ROBERTO CONRADO É JORNALISTA, PÓS-GRADUADO EM SOCIOLOGIA E PSICOLOGIA E EDITOR DA REVISTA BEM CUIDAR



**realização**



ALDEIAS  
INFANTIS SOS  
BRASIL

**apoio**

